



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO • BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Rua Dois de Maio, 453,
Centro

Telefone



77 3668-2243

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 07:00 às 12:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

LICITAÇÕES

AVISOS DE LICITAÇÃO

- AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022TP- PROCESSO ADMINISTRATIVO 090/2022CPL - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTE MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO 47/2022 - SUDESB

EDITAIS DE LICITAÇÕES

- EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022TP- PROCESSO ADMINISTRATIVO 090/2022CPL - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTE MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO 47/2022 - SUDESB

ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

- ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2022ARP - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2022PE - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2022CPL - ATA DE REGISTRO DE PREÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS/BA, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL E A META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI VENCEDORA DO CERTAME LICITATÓRIO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022PE, TENDO POR OBJETO A FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMPADAS E REFLETORES DE LED PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA



AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2022TP- PROCESSO ADMINISTRATIVO 090/2022CPL

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Sebastião Laranjeiras-BA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **10 de junho de 2022**, às **09:00** horas, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, no edifício sede da Prefeitura situada na Rua Dois de Maio nº 453, Centro, Sebastião Laranjeiras-BA, CEP. 46.450-000, Licitação na Modalidade Tomada de Preços, regida pela Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, com o recebimento dos envelopes: Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e Nº 02 - PROPOSTA, cujo objeto refere-se a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50x30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTA MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO 47/2022 - SUDESB**, nas condições fixadas no edital e seus anexos, em atendimento à solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS. O Edital estará à disposição no site <http://www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br> ou na sede da Prefeitura Municipal, das 08hs00min às 12hs00min, das 14hs00min às 17hs00min horas. Informações gerais através do e-mail: licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br. Em 20 de maio de 2022. Tayguara do Nascimento Vieira Santos, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



A V I S O

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para construção de Areninha 50x30m, no distrito de Mandiroba, zona rural, deste município de Sebastião Laranjeiras – Bahia, objeto do convênio nº47/2022-SUDESB, conforme anexos, partes integrantes deste Edital.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Empresas do ramo, individualmente, que atendam as exigências do edital e seus anexos e que cada licitante deverá comprovar na apresentação das propostas, o capital social mínimo **conforme descrito no item 8.9.1, subitem h.2 e h.3, deste edital.** Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio nem a subcontratação das obras/serviços/fornecimentos.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: na Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras, sala de Licitações, situada a Rua Dois de Maio, nº 453, Centro, CEP 46.450-000, Sebastião Laranjeiras - Bahia, cuja sessão está marcada para as **09h00min (nove horas) – horário local – do dia 10 (dez) de junho de 2022.**

OBSERVAÇÃO: O edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis no sítio www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br, caso os licitantes não consigam fazer o download pelos sítios, o edital e seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Sebastião Laranjeiras - BA, no endereço acima mencionado **de 08h00min (oito horas) às 12h00min (doze horas), de 13h00min (treze horas) às 17h00min (dezesete horas),** de segunda à sexta-feira.

Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem o sítio do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

Sebastião Laranjeiras – BA, 20 de Maio de 2022.



| | |
|-------------------------|--------------------------------------|
| PROCESSO ADMINISTRATIVO | 090/2022CPL |
| EDITAL | 025/2022 |
| MODALIDADE | TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP |
| ENTIDADE PROMOTORA | MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS |
| SOLICITANTE | SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS |

EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

1. O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, entidade de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 13.982.616/0001-57, com sede à Rua Dois de Maio, nº453, Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000, informa a V.Sa. que a data de apresentação dos envelopes de **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTA FINANCEIRA** será no dia **10 de junho de 2022, às 09:00h (nove) horas**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na sede da Prefeitura Municipal.

1.1. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, e reger-se-á pelas disposições da Lei Federal N.º 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e suas alterações posteriores.

2. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTA MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO N.º47/2022-SUDES, CONFORME ANEXOS, PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL.

➤ **DETALHAMENTO DO OBJETO:**

- A execução do objeto contratado ocorrerá no distrito de Mandiroba, zona rural, deste município de Sebastião Laranjeiras – Bahia, com seus respectivos serviços:
 - SERVIÇOS PRELIMINARES
 - CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO COM ALTURA DE 4,00M
 - IMPLANTAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 50X30
 - SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED E SPDA
 - PAVIMENTAÇÃO (PISO INTERTRAVADO)
 - INSTALAÇÃO DO TOTEM INSTITUCIONAL EXTERNO

➤ **A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas contidas neste edital e seus anexos (planilha orçamentária, projeto básico, memorial descritivo e demais peças), partes integrantes deste edital.**

2.1. O local da execução do serviço está contido nos anexos que integram este edital.

2.2. Todos os custos diretos e indiretos com transporte, carga e descarga, deslocamento de pessoal, taxas e encargos, deverão estar incluídos nos valores unitários da **PROPOSTA FINANCEIRA**.

2.3. Todos os funcionários contratados pela empresa vencedora deverão estar devidamente registrados e utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI) de acordo com as leis trabalhistas, sendo este procedimento sujeito a fiscalização.

2.5. Todos os materiais a serem empregados na mão de obra deverão ser fornecidos pela contratada. Os materiais deverão ser da melhor qualidade e obedecer às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

3. PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução dos serviços será de 02 (dois) meses, a contar da data de assinatura da ordem de serviço, posterior a assinatura do contrato, conforme cronograma anexo.

4. O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS- BA rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo ao Edital.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses consecutivos, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

6. RECURSO: Os recursos destinados para cobertura desta licitação originam-se das Dotações Orçamentárias abaixo descritas e tem valor máximo estimado em **R\$ 849.268,48 (oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos)**.



| | |
|--------------------------|--|
| Unidade | 06.06 SEC. MUNIC. INFRA-ESTRUTURA E OBRAS |
| Projeto/atividade | 15.452.0015.2.454 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA |
| Elemento | 3.3.90.30.00 Material de Consumo 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações |

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar da licitação empresas regularmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e que cumpram a legislação estabelecida pela Lei Federal N.º 8.666/93, Decreto N.º 7.983 /2013, Decreto N.º 8.538/2015 e suas alterações; bem como a Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar N.º 147/2014 e suas alterações, Instrução Normativa N.º 01 de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG e Decreto N.º 7.746 de 05 de junho de 2012.

7.2. As licitantes interessadas em participar do presente certame deverão **CRENCIAR-SE** apresentando os seguintes documentos:

7.2.1 – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.2.2 - Cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial ou qualquer outro ato constitutivo de empresa registrado no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.2.3 - Cópia dos documentos de Carteira de Identidade e CPF do titular, no caso de sociedade empresarial tais documentos serão exigidos de todos os sócios ADMINISTRADORES se previsto no instrumento contratual que a empresa será representada **CONJUNTAMENTE**, em sendo isoladamente somente de um dos sócios ou do sócio administrador.

7.2.4 - tratando-se de procurador: este deverá apresentar a **PROCURAÇÃO** por instrumento público ou particular, emitido pelo(s) titulares e/ou sócio(s) administradores da empresa, da qual constem poderes específicos para credenciar - se, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, que comprove os poderes do mandante para a outorga e cópia de documento oficial de identificação que contenha foto.

I - a procuração deverá ser assinada por **TODOS OS ADMINISTRADORES** da empresa caso o estatuto social não discrimine um único administrador para representar a mesma, e estar com **FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO COMPETENTE**.

7.2.5 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que desejarem obter benefícios da **Lei complementar N.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar N.º 147, de 7 de Agosto de 2014 e suas alterações posteriores** e demais descritos neste Edital, a mesma deverá obrigatoriamente apresentar a **DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA** da PROPONENTE, sob as penas da Lei que cumprem os requisitos estabelecidos, conforme será demonstrado no tópico específico (**anexo IV**) assinada pelo Titular, Sócio(s) Administrador(es) ou Preposto, este último mediante Procuração que lhe dê poderes para tal ato, no ato do **CRENCIAMENTO**.

7.2.6 - Como condição prévia ao exame da documentação do **CRENCIAMENTO** do licitante a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcios e/ou subcontratação, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação.

7.4. Não poderão participar pessoas físicas e empresas cujos diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como empregados ou ocupantes de função gratificada neste município.

7.5. Cada licitante apresentar-se-á com 01 (um) representante, devidamente credenciado, que será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representação.

7.6. A não apresentação do documento de CRENCIAMENTO não inabilitará o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pelo mesmo.

7.7. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de um licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará a desclassificação automática das respectivas propostas.



7.8. A participação do licitante implica na aceitação integral dos termos do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis.

7.9. A condição de participação da empresa de que trata o subitem 7.1, poderá ser verificada mediante consulta ao site <http://www.cnae.ibge.gov.br/>, o qual verificará a compatibilidade da classificação do objeto social da empresa com o licitado pela Administração.

7.10. Os documentos do CREDENCIAMENTO serão apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou acompanhado dos originais para autenticação por servidor do Setor de Licitação deste Município, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

8. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA FINANCEIRA

8.1. As licitantes deverão fazer entrega, no dia, hora e local mencionados no “preâmbulo” deste Edital, de 02 (dois) invólucros, fechados e numerados, contendo:

- Invólucro N.º 01 (um) – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
- Invólucro N.º 02 (dois) – “PROPOSTA FINANCEIRA”

8.2. Serão aceitas os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTAS FINANCEIRAS** encaminhadas por via postal, desde que sejam recebidas pelo município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA no endereço indicado no preâmbulo deste Edital até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTAS FINANCEIRA**, não se admitindo sua apresentação via fax ou correio eletrônico (e-mail), ou ainda sua entrega em outro local.

8.2.1. É de inteira responsabilidade da licitante a entrega tempestiva da “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTAS FINANCEIRA**” enviadas por via postal, de forma que, caso venham a ser entregues após o horário estabelecido no “preâmbulo” deste Edital, serão consideradas como não recebidas.

8.3. A proposta, toda a correspondência e os documentos permutados entre a licitante e o município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA serão escritos em português, e os **PREÇOS** deverão ser cotados em reais.

8.4. Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**” e “**PROPOSTA FINANCEIRA**”, o nome e endereço completo da licitante, o número e a indicação do presente Edital.

8.5. A “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, no que couber, e a “**PROPOSTA FINANCEIRA**” deverão estar impressas por processo eletrônico em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e terão de estar rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo representante legal da empresa.

8.6. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** serão apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou acompanhado dos originais para autenticação por servidor do Setor de Licitação deste Município, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

8.7. As **PROPOSTAS FINANCEIRAS** deverão contemplar todos os serviços que compõem o objeto deste Edital, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes neste Edital. Não serão aceitas propostas que não apresentarem cotações para todos os serviços solicitados. Tais propostas serão desclassificadas.

8.8. Todos os documentos deverão ser apresentados rubricados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, sem emendas, rasuras ou repetições.

8.9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – INVÓLUCRO N.º 01

Em invólucro fechado, que receberá a denominação de “**INVÓLUCRO N.º 01**” “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, será apresentada a **DOCUMENTAÇÃO** em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou acompanhado dos originais para autenticação por servidor do Setor de Licitação deste Município, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial, devidamente numerada, rubricada e carimbada em todas as folhas.

8.9.1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

a) Cópia do Contrato Social, documento ou instrumento de registro comercial registrado na Junta Comercial ou qualquer ato constitutivo de empresa registrado no órgão competente que comprove a constituição da empresa, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, que comprove o capital social, que deverá ser inalterado há pelo menos 05 (cinco) dias, contados da data da abertura dos invólucros, bem como que comprove o objeto social da empresa;

b) A prova de regularidade fiscal perante a Receita Federal do Brasil será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN,



referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, em conformidade com as diretrizes da Portaria MF N.º 358, de 05/09/2014;

- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor;
- e) Prova de regularidade trabalhista, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com validade em vigor;
- f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - (CNPJ);
- g) Cópia do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- h) As demonstrações contábeis citadas na alínea “g” do subitem 8.9.1, exprimem com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício da empresa. Tais dados já incorporam o balanço patrimonial, tais como: demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados e demonstração dos fluxos de caixa;
- h.1) A Cópia no que se refere o subitem 8.9.1 alínea “g” deverá constar o Selo Online do Contador (caso não exista obrigatoriedade do selo no Estado do domicílio da empresa, apresentar Certidão de Regularidade Profissional do Conselho Regional do Estado) e, caso a empresa não seja optante pelo “Simples”, deverá conter também o registro na Junta Comercial ou comprovação de documento emitido por SPED Fiscal, com código de autenticidade;
- h.2.) A empresa interessada que houver sido constituída no exercício do ano corrente, poderá participar do certame desde que o seu capital social tenha no mínimo 10% do valor estimado da licitação;
- h.3) A boa situação financeira do licitante, será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices apurados devem comprovar, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo no limite de 10%;

ILG - ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL > 1,00

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ILC - ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE > 1,00

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG – SOLVENCIA GERAL > 1,00

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

- i) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- j) Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal, menores de 18(dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas e insalubres, bem como menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, conforme previsão do Art. 7º Inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- k) Declaração de Optante ou Não Optante do Simples Nacional;
- l) Declaração de enquadramento ME ou EPP;
- m) As licitantes interessadas em participar deste processo licitatório deverão prestar garantia de participação de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação que é R\$ 8.492,68 (Oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos), em consonância com o Inciso III, artigo 31, da Lei 8666/93, sendo admitidas quaisquer das modalidades previstas no § 1º, artigo 56 da Lei 8.666/93.



8.9.1.1 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica da empresa licitante e dos responsáveis técnicos que atuarão na execução dos serviços para com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-BA/CAU;

b) Certidão de Registro e quitação do responsável técnico junto à entidade profissional competente CREA ou CAU de sua sede (pessoa física);

c) Prova de que o profissional, designado como Responsável Técnico (RT) pertença ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta licitação, o sócio, desde que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, de certidões do CREA/CAU e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura (ANEXO XII), caso o licitante se saque vencedor do certame;

d) Às licitantes recomenda-se visitar os locais onde serão executadas as obras/serviços/fornecimentos e suas circunvizinhanças, com a presença de pelo menos um técnico com conhecimento em obras/serviços de engenharia civil, indicado pela licitante, ou de seu Representante Legal ou Responsável Técnico, para ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza das obras/serviços/fornecimentos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e execução do contrato. Licitante, por intermédio do seu responsável técnico, quer seja arquiteto, quer seja engenheiro, este designado pela empresa, deverá proceder com a realização de visita técnica ao local em que será executado o referido objeto, limitando-se até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, para devido conhecimento das condições do local onde serão realizados os serviços.

- I. A licitante deverá possuir conhecimento prévio dos locais onde realizar-se-á a execução do objeto, devendo apresentar, declaração de ciência das condições locais, sendo que não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Edital. (MODELO ANEXO IX); (os custos decorrentes da visita aos locais das obras correrão por exclusiva conta das licitantes).
- II. As empresas que não realizarem a visitação, não ficarão impedidas de participar desta Tomada de Preços, porém deverão apresentar declaração de que possui pleno conhecimento do objeto, conforme (MODELO ANEXO X).

e) Declaração indicando qual profissional será o responsável técnico da empresa encarregado de acompanhar a execução da obra (ANEXO XI);

f) A comprovação de aptidão exigida será feita por atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa ou de seus responsáveis técnicos, devendo estes virem acompanhados de cópias dos respectivos contratos firmados, suficientes para comprovar a aptidão do licitante.

8.9.1.2. A validade das certidões referidas no subitem 8.9.1, alíneas "b", "c", "d", "e" e "i", corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convencionou o prazo como sendo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

8.9.1.3. Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja (m) positiva(s), o licitante deverá comprovar o seu efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional – CTN.

8.9.1.4. A comprovação referida no item anterior dar-se-á através da juntada de certidão da respectiva fazenda pública, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data de recebimento da proposta, comprovando que o débito foi parcelado ou que a sua cobrança executiva está suspensa, ou se contestado, foi garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens à penhora.

8.9.2. SERÃO INABILITADOS OS LICITANTES QUE DEIXAREM DE APRESENTAR QUALQUER DOS DOCUMENTOS CONSTANTES NESTE EDITAL.

9 - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA – INVÓLUCRO N.º 02"

9.1. A PROPOSTA FINANCEIRA deverá ser entregue em envelope, lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário, identificada como **PROPOSTA FINANCEIRA**, endereçada à Comissão Permanente de Licitação, além da Razão Social da empresa.

9.2. A PROPOSTA FINANCEIRA e os documentos que a instruírem deverão estar em original, impressa apenas no anverso sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas e assinada pelo representante legal, ou mandatário especificamente credenciado.



9.3. A PROPOSTA FINANCEIRA poderá ser apresentada nos moldes do Formulário de PROPOSTA FINANCEIRA, conforme anexo do edital.

9.4. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO contendo o orçamento detalhado que deu origem à PROPOSTA FINANCEIRA discriminando todos os itens que constituem despesas diretas e indiretas, bem como a bonificação, totais por totais, item por item, valor estimado total, mantidos os quantitativos fornecidos que visam a homogeneidade das propostas, para efeito de classificação na fase de julgamento, que não poderão ser alterados na planilha, sob pena de inabilitação e desclassificação do licitante.

10. CONTEÚDO PROPOSTA FINANCEIRA – INVÓLUCRO N.º 02

10.1. A PROPOSTA FINANCEIRA, constante do INVÓLUCRO N.º 02, encabeçada necessariamente por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, será apresentada em 01 (uma) via, sem emendas ou rasuras, datada e assinada, na forma de original.

10.2. São elementos que compõem a proposta: CARTA PROPOSTA; PLANILHA ORÇAMENTÁRIA; CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS, PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS E DEMONSTRATIVOS COMPOSIÇÃO DO BDI. A documentação exigida deverá atender aos padrões exigidos

10.2.1. Preço final em reais dos serviços listados, em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, este último;

10.2.2. Preço unitário em reais, contendo 02 (duas) casas decimais, para os itens da planilha anexa, devendo constar no **CANTO SUPERIOR DIREITO DE CADA FOLHA A DATA DA PROPOSTA**;

10.2.3. Validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

10.2.4. Declaração que nos preços propostos estão inclusos todas as parcelas relativas aos custos da prestação dos serviços, mão de obra, mobilização, manutenção e operação de equipamentos e veículos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela contratante para a prestação dos serviços;

10.2.5. Serão desclassificadas:

a) As Propostas Financeiras que não atendam às exigências deste Edital;

b) Propostas Financeiras com PREÇOS unitários, parcial e global superiores ao limite estabelecido ou com PREÇOS manifestamente inexequíveis, nos termos do art. 48 da Lei N.º 8.666/93.

10.2.6. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Município poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis (art. 48, § 3º) para a apresentação de nova documentação ou de propostas escoimadas das causas da inabilitação ou da desclassificação.

11. ABERTURA DOS INVÓLUCROS

11.1. Os invólucros de que trata o item 8.1 serão recebidos em sessão pública no local, dia e hora indicados no edital.

11.2. A Comissão Permanente de Licitação, por seus membros titulares ou substitutos eventuais, procederá à abertura dos invólucros N.º 01 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e N.º 02 “PROPOSTA FINANCEIRA”.

11.3. O envelope contendo a “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” será aberto em sessão pública e conferidos os documentos apresentados. **Será devolvido, intacto**, o invólucro relativo a “PROPOSTA FINANCEIRA” do licitante que **não cumprir todas as exigências documentais deste**.

11.4. Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pelos integrantes da Comissão Permanente de Licitação, procedendo com a abertura das propostas, após o que será encaminhado à Comissão Julgadora, prazo no qual poderão ser apresentadas impugnações.

11.5. O invólucro N.º 02 “PROPOSTA FINANCEIRA” deverá ser rubricado em seus fechos pelos presentes e permanecerão em poder e sob guarda da Comissão Permanente de Licitação, até a data designada para a sua abertura.

11.6. Da sessão pública a que se refere o subitem 11.1, bem como daquela que for convocada para a abertura das propostas financeiras das licitantes habilitadas serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos licitantes presentes e pela Comissão Permanente de Licitação, em que se consignarão eventuais reclamações, ressalvas ou impugnações.



12. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Em caso de qualquer impasse a Comissão Permanente de Licitação, composta no mínimo por 03 (três) membros, procederá ao exame e o julgamento das propostas promulgando os resultados e conclusões ou ainda elaborar um relatório expondo as razões que as determinaram, os detalhes ou incidentes ocorridos e as providências tomadas, remetendo-o para Assessoria Jurídica desse Município.

12.2. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

12.3. O exame da documentação será realizado na reunião de recebimento e abertura das propostas e constará na ata os licitantes habilitados, que terão suas propostas financeiras abertas, bem como o motivo da inabilitação de algum licitante, se for o caso.

12.4. Serão habilitadas as empresas que apresentarem todos os documentos exigidos no item 8.9.1 deste, observadas as condições estabelecidas em cada subitem.

12.5. Inexistindo recurso(s) contra a decisão referente à fase de habilitação, ou sendo este(s) denegado(s), a Comissão Permanente de Licitação, providenciará a devolução, mediante recibo, do invólucro N.º 02, lacrado tal como recebido, aos respectivos licitantes inabilitados.

12.6. A Comissão Permanente de Licitações do Município deverá comunicar aos licitantes o resultado dessa fase, convocando os habilitados para a sessão de abertura de suas propostas financeiras.

12.6.1. Em havendo discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso, como antedido no tópico **10.1.1**;

12.6.2 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta (Art. 29-A, § 2º. da IN nº 02/08). A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão Permanente de Licitação, desde que não haja na mesma desvios materiais que impliquem na majoração do preço proposto ou afete a classificação das demais licitantes.

12.6.3 Os valores das propostas serão aferidos no momento do certame mediante a utilização de calculadora simples de 12 dígitos.

12.7. A Comissão Permanente de Licitação julgará as Propostas Financeiras das licitantes habilitadas e consideradas qualificadas tecnicamente, sendo desclassificadas, com base no artigo 48 incisos I e II da Lei 8.666/93, aquelas que:

- a) Apresentarem preços unitários e/ou global superior ao valor orçado pelo município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA ou manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- b) Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste termo de referência;
- c) Que não atenda às exigências contidas no ato convocatório, conforme art. 40, VII c/c art. 48 I da Lei 8.666/93;
- d) Com preços baseados em cotações de outra licitante, conforme art.40, VII, c/c art.44,§ 2º da Lei 8.666/93;

12.8 Consideram-se manifestamente inexecutáveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média Aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA; ou
- b) Valor orçado pelo município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA.

Não se admitirá proposta que apresentar preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações próprias do licitante, para os quais se renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.9. A Comissão Permanente de Licitação declarará vencedor o licitante que, atendidas as condições deste e seus anexos, apresentar **MENOR PREÇO GLOBAL para a prestação dos serviços.**

12.10. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecidos ao disposto no § 2º do art. 3º da Lei N.º 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

12.11. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste, nem PREÇOS ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

12.12. A divulgação do resultado final será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Município, bem como será



comunicado diretamente às licitantes.

12.13. Todas as propostas dos licitantes classificados constituirão peças do presente processo licitatório.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1. O julgamento da licitação será submetido à homologação do resultado pelo Chefe do Executivo - Prefeito Municipal, que adjudicará o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, com base no relatório emitido pela Comissão Permanente de Licitação designada para este fim, observadas as condições constantes do edital e seus Anexos.

13.2. O licitante vencedor deverá assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da sua convocação.

13.3. Não comparecendo o licitante vencedor para assinatura do contrato no prazo estipulado, ou em caso de recusa, o Município convocará a(s) seguinte(s) por ordem de classificação, e o vencedor desistente da assinatura do contrato incorrerá nas iras do art. 81 da Lei Federal N.º 8.666/93, o que será publicado na Imprensa Oficial conforme inciso XIII art. 6º da referida Lei.

14 - REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO

14.1 A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49 da Lei Federal N.º 8.666/93.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1. O Município pagará à contratada, pelos serviços a preços integrantes da proposta aprovada. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluam todos os custos diretos e indiretos para prestação dos serviços, de acordo com as condições previstas no processo de licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos serviços contratados.

15.2. O pagamento será efetuado mediante faturamento, sujeitos às seguintes condições gerais:

- a) Não será faturável qualquer evento que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas neste Edital e seus anexos e/ou que não seja executado em plena conformidade com eles.
- b) As faturas deverão ser acompanhadas da documentação relativa a cada evento faturado, devidamente atestado pela fiscalização do município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA.
- c) Estima-se um prazo de 08 (Oito) dias úteis para aprovação dos relatórios, documentos, tarefas, contados a partir da data do recebimento dos mesmos;
- d) As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização do município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA.
- e) Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da nota de empenho específica pelo Município.

15.2.1. O Município fará as retenções de ISS e INSS e demais tributos permitidos em Lei quando da realização do pagamento.

15.2.2. A empresa contratada deverá constar na Nota Fiscal se é Optante pelo Simples Nacional e especificar qual o percentual de ISS.

16. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberá recurso administrativo, a ser interposto pelo licitante vencido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

16.2. Na contagem do prazo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme disposto no art. 110 da Lei n.º 8.666/93.

16.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

16.4. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.5. Somente serão admitidos os recursos recebidos no prazo estabelecido no item 16.1.



16.6. O licitante que fizer uso de sistema de transmissão via fax ou qualquer meio eletrônico, torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido. Estes só terão eficácia se o original for entregue na sede da Prefeitura Municipal de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, à Comissão Permanente de Licitação, necessariamente, até a data do término do prazo recursal.

17. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTO

17.1. Os licitantes deverão, além das informações específicas requeridas pelo Município, adicionar quaisquer outras que julgarem necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem uma qualidade igual ou superior à indicada neste.

17.2. Os licitantes deverão estudar minuciosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo, afetar a prestação dos serviços, custos e prazos.

17.3. Qualquer dúvida de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus anexos, serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BA, na sede da Prefeitura Municipal de SEBASTIÃO LARANJEIRAS, situada na Rua Dois de Maio, 453, Centro, SEBASTIÃO LARANJEIRAS – Bahia - CEP. 46.450-000, por e-mail: licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br.

17.4. As consultas formuladas sobre qualquer dispositivo deste somente serão respondidas quando apresentadas por escrito e protocoladas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação. Será proferida decisão em até 02 (dois) dias úteis e, se a consulta for favorável, o Município deverá alterar ou adequar os dispositivos constantes do edital e seus anexos, comunicando o fato, por escrito, aos demais licitantes.

17.5. A apresentação da proposta presume que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste e seus anexos. Evidenciará também, que o licitante obteve do Município, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada.

18 – DA CONTRATAÇÃO

18.1- O licitante vencedor, a critério da Administração e observados os dispositivos do art. 62 da Lei Federal N.º 8.666/93, será convocado para assinatura do contrato, conforme Minuta em anexo (Anexo II), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de Homologação, ressalvado o caso de algum proponente interpor recurso, o que implicará em determinação de nova data para assinatura do contrato.

18.2- A proponente licitante vencedora do certame deverá prestar garantia de execução de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da contratação, tão logo seja convocada para assinatura do contrato, conforme estabelece o art. 56, § 2º da lei 8.666/93, através de caução por meio de depósito identificado em dinheiro em nome da Prefeitura Municipal de SEBASTIÃO LARANJEIRAS/BA, Banco do Brasil, agência 2751-0, Conta Corrente n.º 105462-7 P MUN SEB LARANJEIRA IPTU ou através de carta de fiança bancária, seguro garantia ou através de qualquer das modalidades elencadas no § 1º do art. 56 da Lei Federal 8.666/93. Quando se tratar de caução em título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo banco central do Brasil e avaliado pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inciso I da Lei 8.666/93.

18.3- A devolução da caução objeto de garantia de execução do contrato de execução da obra, será devolvida à Contratada até o 10º (décimo) dia a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo da Obra/Termo de Encerramento Contratual, mediante solicitação formal (por escrito) dirigida diretamente à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS/BA, anexando à mesma o comprovante que originou a caução e na ocorrência da caução realizada em dinheiro a mesma será restituída devidamente atualizada monetariamente conforme estabelece o art. 56 § 4º da Lei 8.666/93.

18.4 - É assegurada a prorrogação do prazo de que trata o item anterior, por igual período, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e/ou ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.5- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, implicará em multa de 02% (dois por cento) do valor do objeto adjudicado, bem como, decairá do direito de contratação, sem prejuízo das demais sanções legais.

18.6- Não atendendo ao chamamento para a assinatura do contrato, a proponente perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedora da licitação, sendo adjudicado à proponente a seguir classificada, nos termos da proposta vencedora, inclusive quanto aos preços e prazos, conforme determina o art. 64, §2º, da Lei N.º 8.666/93.

18.7- O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, em conformidade com a Lei N.º 8.666/93, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.8- O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições da proposta adjudicada, acréscimos ou supressão, nos limites estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei N.º 8.666/93, sobre o objeto licitado, conforme pactuado entre as partes.



19. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

19.1. Cumprir fielmente o presente contrato, de modo que, no prazo estabelecido, as obras sejam entregues inteiramente concluídas e acabadas, em perfeitas condições técnicas de uso;

19.2. Cumprir todas as exigências legais e Normas de Segurança e Higiene do Trabalho, fornecendo adequado equipamento de proteção individual (EPI) a todos que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra; Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, bem como, pelos acidentes causados a terceiros.

19.3. A empresa contratada deverá fornecer as ferramentas e equipamentos apropriados ao uso a que se destinam necessários para a execução da obra, em perfeitas condições de uso, bem como, fornecer mão-de-obra especializada e comum para a execução, supervisão e administração da obra, sem qualquer ônus para o contratante. Fornecer instalações necessárias para a utilização dos equipamentos e para o pessoal que estiver a serviço do Canteiro de Obras

19.4. Assumir a integral responsabilidade pelo cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e social vigente, não cabendo à licitante vencedora o direito de reivindicar junto ao Município, a título de ressarcimento ou cobrança relativa a tais obrigações e alterações nas alíquotas decorrentes.

19.5. Pagar todos os tributos e encargos assumidos no subitem acima, sem direito a eventuais reembolsos.

19.6. Deverá fornecer a guia de averbação do FGTS referente aos empregados que prestarem serviços durante o prazo contratual, comprovando mensalmente os recolhimentos previdenciários, sob pena de cancelamento imediato do contrato;

19.7. Apresentarem comprovação de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/CAU, local.

19.8. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir no todo ou em parte, os serviços que comprovadamente não atenderem ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas vigentes.

19.9. Remover as instalações provisórias da obra, no seu término, no prazo máximo de 15 dias úteis;

19.10. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante o **Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA**, e a terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo o Município isento contra qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infração de qualquer legislação regulamentação e normas, devendo ter **matricula no INSS com seu respectivo CEI, o que será verificado e atestado pelo Fiscal da Obra.**

20 - DA FISCALIZAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO

20.1. Deverá a unidade contratante proceder no acompanhamento e fiscalização da entrega do objeto.

20.2. O recebimento se dará em caráter provisório, inicialmente, até a verificação da conformidade dos serviços com as especificações contidas nos ANEXOS do presente Edital;

20.3. A prestação dos serviços do contrato decorrente da presente licitação será acompanhado e fiscalizado pela Secretaria solicitante.

21- PENALIDADES

21.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará o Contratado às sanções previstas na Lei Federal N.º 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

21.2. A inexecução, parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, e multa, de acordo com a gravidade da infração.

21.3. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, conforme abaixo:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de sua convocação;

II - Em caso de inadimplimento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à licitante vencedora será aplicada a multa no percentual de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

III - O atraso na execução das obras/serviços/fornecimentos, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme Inc. II acima.

21.4. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pelo MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, após regular processo



administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para a complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente sem prejuízo de outras apenações previstas em lei.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher ao MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.

21.5. A Administração se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multaporventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas no contrato.

21.6. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

22 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006 E ALTERAÇÕES.

22.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, para fazerem jus ao tratamento diferenciado previsto na “LeiGeral”, deverão declarar o enquadramento como “ME” ou “EPP”.

22.1.1 A não apresentação da declaração constante no Anexo III significará renúncia expressa e consciente, desobrigando a Comissão Permanente de Licitação, de estender ao Licitante os benefícios da Lei Complementar N.º 123/2006, aplicáveis ao presente certame. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as sanções legais e penais que possam advir de uma declaração falsa ou errônea.

22.1.2 Nos termos da Lei Complementar N.º 123/2006, após a classificação final dos preços propostos, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

22.1.3 O empate será verificado na situação em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada. Havendo alguma restrição na documentação apresentada para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do momento da declaração de vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, devendo a empresa interessada apresentar as respectivas provas de regularização das restrições: certidão negativa ou positiva com efeito de certidão negativa.

22.1.4 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 22.1.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas deste Edital, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para contratação, ou revogar a licitação.

23.1. INFORMAÇÕES GERAIS: Fica reservado ao Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, declarar vencedora a proposta que melhor atender, ou optar pela revogação da licitação no todo ou em parte, ou por sua anulação, sem a obrigação de indenizar aos licitantes, ressalvado o disposto no parágrafo único art. 59 da Lei Federal N.º 8.666/93.

23.2. O Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BA poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.

23.3. O Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BA poderá ainda, revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.

23.4. O licitante vencedor responsabiliza-se por quaisquer ônus decorrente de danos que vier causar ao Município ou a terceiros em decorrência da prestação dos serviços, objeto desta licitação.

24. O licitante vencedor será responsabilizado por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária e previdenciária, decorrentes da presente licitação, os quais correrão por sua conta exclusiva.

24.1. Todos os custos com transporte do material até o almoxarifado municipal inclusive custo com descarregamento ficará por conta do licitante vencedor.

24.2. Fica entendido que o Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer informação contida em um documento e omitida no outro, será considerada. Este edital e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independentemente de transcrições.



24.3. Fica eleito o Foro da Justiça da Comarca de Palmas de Monte Alto - Bahia, para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, 20 de maio de 2022.

Tayguara do Nascimento Vieira
Santos
Presidente da Comissão de Licitação

Jailton Moreira Matos
Membro da Comissão de Licitação

Marianny PardimPrimo Monção
Membro da Comissão de Licitação



ANEXO I

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

PROPOSTA FINANCEIRA

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTA MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº47/2022-SUDES, CONFORME ANEXOS, PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL”.

VALOR TOTAL POR EXTENSO: _____
 Razão Social: _____
 Endereço _____
 Cidade _____ Estado: _____ Telefone: _____
 CNPJ: _____ INSC.EST: _____ INSC.MUN.: _____
 E-mail: _____

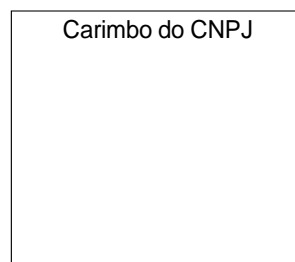
DECLARAMOS QUE:

- aceitamos as condições estipuladas no Edital;
- executaremos os serviços em conformidade às especificações constantes no edital;
- iniciaremos a execução dos serviços logo após a ordem de serviços emitida pelo Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA.
- que estamos cientes da forma do prazo e forma de execução dos serviços ora licitados, e que, o não cumprimento dos mesmos conforme previstos no contrato, ensejará nas penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal N.º 8.666/93.
- que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.
- o prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- que o prazo de execução dos serviços é de até cinco meses após assinatura do Contrato.

Data: ____ / ____ / ____.

 Assinatura - Responsável

Carimbo do CNPJ





ANEXO II
TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP
MINUTA DO CONTRATO N.º xxx/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE
ENTRE SI, FAZEM O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO
LARANJEIRAS - BA E A EMPRESA, NA FORMA
ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, entidade de Direito Público Interno, com sede à Rua Dois de Maio, nº 453, Centro, Sebastião Laranjeiras, Estado da Bahia – CEP. 46.450-000, inscrita no CNPJ sob n.º 13.982.616/0001-57, nest ato, representada por seu titular **PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS**, brasileiro, maior, portador da Carteira de Identidade N.º 1.746.061-17, SSP-BA, CPF/MF N.º 370.132.545-68, com endereço de citação e intimação na sede da Prefeitura do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - Bahia, doravante denominada como CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa....., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º/0001-..., estabelecida à Rua....., N.º, Bairro, no Município de....., CEP:..... neste ato legalmente representada pelo Sócio Administrador, o Sr.º, portador de Carteira de identidade N.º SSP -..., inscrito no CPF/MF sob o N.º-..., doravante denominada como CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas adiante estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M, NO DISTRITO DE MANDIROBA, ZONA RURAL, DESTA MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS – BAHIA, OBJETO DO CONVÊNIO Nº47/2022-SUDES, CONFORME ANEXOS, PARTES INTEGRANTES DESTA EDITAL, atendendo rigorosamente ao Processo Administrativo de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, o qual passa a fazer parte integrante e complementar deste instrumento como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADJUDICAÇÃO

2.1 - Ficam adjudicados os serviços acima relacionados à empresa....., ora contratada, em razão de ter sido vencedora da **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP**, realizada no dia xx de xx de 2022, às (..) horas, conforme Ata da Comissão Permanente de Licitação e Homologação do Sr.º Prefeito Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1 - A vigência do presente instrumento será a partir da data de sua assinatura, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei Federal N.º 8.666/93 com suas alterações.

3.2 - O presente contrato terá sua validade de 06 (seis) meses a contar da data da assinatura.

3.3 - O contrato poderá ter seu prazo de execução prorrogado caso se verifiquem as condições previstas no parágrafo 1º do artigo 57 e seus itens da Lei Federal N.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR GLOBAL

4.1 - Pela prestação dos serviços supracitados, a CONTRATADA, receberá a importância de **R\$.....** (.....), cuja despesa correrá pela seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--------------------------|--|
| Unidade | 06.06 SEC. MUNIC. INFRA-ESTRUTURA E OBRAS |
| Projeto/atividade | 15.452.0015.2.454 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA |
| Elemento | 3.3.90.30.00 Material de Consumo 3.3.90.39.00 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações |

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento do valor contratado será efetuado, conforme a prestação dos serviços, mediante apresentação de boletim de medição e nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os pagamentos serão efetuados após boletim de medições emitido por técnicos do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, assinado também pelo responsável técnico da empresa, tendo o Município o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de empenho da referida fatura para efetuar o pagamento da mesma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Município fará as retenções de ISS e INSS e demais tributos permitidos em Lei quando da realização do pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A empresa contratada deverá constar na Nota Fiscal se é Optante pelo Simples Nacional e especificar qual o percentual de ISS.

CLÁUSULA SEXTA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A CONTRATADA ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações contratuais, sem prejuízo da



responsabilidade civil e criminal, às penalidades previstas no CAPÍTULO III SEÇÃO V - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO, da Lei Federal N.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Executar os serviços objeto deste contrato, em conformidade ao Processo Administrativo da **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**.

7.2 – Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Administrativo da **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP**, da qual resultou o presente Contrato.

7.3 – Arcar com todos os custos diretos e indiretos com a mão de obra para execução dos serviços contratados.

7.4 – Manter o quadro de funcionários contratados para execução dos serviços devidamente registrados de acordo com as leis trabalhistas e disponibilizar Equipamento de Proteção Individual – EPI, sendo este procedimento sujeito a fiscalização.

7.5 – Observar os itens constantes da planilha orçamentária e edital, pois os mesmos deverão ser executados, ainda que estejam previstos em apenas uma destas peças.

7.6 – Observar os itens que não constarem na planilha orçamentária, deverão ter seus preços diluídos nos preços unitários da proposta orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A CONTRATANTE exercerá a fiscalização da execução dos serviços através da engenheira civil, sra. RAYANNE FERNANDES PORTELLA BACELAR, CREA-MG 141502897, visto BA 3000036031.

CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO DE PREÇOS

9.1 – A revisão de PREÇOS obedecerá às disposições constantes na Lei Federal N.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

10.1 – Em caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição ora estabelecida, o(a) contratado(a) ficará, após o exercício do direito de defesa, sujeita às seguintes penalidades, mediante publicação divulgada no Diário Oficial do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja provada a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade que será procedida sempre que o contratado ressarcir ao Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada;

d) A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, conforme abaixo:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de sua convocação;

II - Em caso de inadimplemento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à licitante vencedora será aplicada a multa no percentual de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

III - O atraso na execução das obras/serviços/fornecimentos, inclusive dos prazos parciais constantes do cronograma físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa, conforme Inc. II acima.

10.2 - Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pelo MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para a complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente sem prejuízo de outras apenações previstas em lei.

b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela empresa vencedora, esta será convocada a recolher ao MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da comunicação.

c) – Ocorrido o inadimplemento, a penalidade será aplicada pelo MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, através do ato da Autoridade Competente baseado no relatório do fiscal do contrato ou comissão constituída para tal fim, observando o seguinte:

c.1) – Cientificada da recomendação da cominação de penalidade, a contratada poderá apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias corridos.

c.2) – Após o procedimento estabelecido acima, a defesa será apreciada pela Autoridade Competente e, ouvida a Assessoria Jurídica, esse



deverá decidir sobre a aplicação ou não da sanção.

c.3) – A contratada terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da cientificação da aplicação da penalidade pela Autoridade Competente, para apresentar recurso ao MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS

c.4) – Ouvida a Comissão e a Assessoria Jurídica, poderá a Autoridade Competente relevar ou não a aplicação da pena.

c.5) – Em caso de relevação da multa, a PREFEITURA DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS se reserva o direito de cobrar perdas e danos cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

c.6) – Caso seja mantida a sanção, os autos deverão ser remetidos ao Gabinete do Prefeito para julgamento do recurso.

c.7) – Caso o Gabinete do Prefeito mantenha a multa, não caberá mais recurso.

c.8) – A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação de seu valor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO

11.1 – A prestação dos serviços se processará, conforme discriminação da **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP** e deverá ser iniciado mediante requisição expedida pelo setor competente do Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA e seu recebimento se dará conforme disposto nos arts. 73 a 76 da Lei Federal N.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 – A rescisão contratual efetuada nas formas previstas no **CAPÍTULO III - SEÇÃO V** – da **RESCISÃO CONTRATUAL**, da Lei Federal N.º 8.666/93 com as consequências nela estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1 – Fica estabelecido que a **CONTRATADA** não poderá subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROIBIÇÃO DE CESSÃO

14.1 – A **CONTRATADA** não poderá transferir ou ceder a execução deste Contrato parcial ou totalmente, salvo as subcontratações permitidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1 – Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, ficando ciente a **CONTRATADA** das estipulações contidas nos Arts. 68 a 71 da Lei Federal N.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1 – Este Contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos contidos na Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1 – Fica eleito o Foro da cidade de Palmas de Monte Alto - BA, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA,de de 2022.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS

Prefeito Municipal

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ANEXO III

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua....., N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP....., endereço eletrônico, Telefone: (.....)....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua....., N.º, Bairrona Cidade de, Estado, CEP:....., endereço eletrônico, Cel: (.....)....., **DECLARA**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste, ato convocatório, que é **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate na presente licitação.

_____, x.x de x.x.x.x.x.x de 2022.

(assinatura do representante legal da empresa)

Observações:

- Emitir em papel timbrado da empresa;
- Carimbo da Empresa e Assinatura do Representante Legal;
- Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar n.º. 123/2006 e suas alterações.



ANEXO IV

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua, N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP, endereço eletrônico, Telefone: (.....)....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua, N.º, Bairrona Cidade de, Estado, Cep:, endereço eletrônico, Cel: (.....)....., **DECLARA**, sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto na Lei Federal N.º 8.666/93, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas.

_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA



ANEXO V

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Ao
Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua....., N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP....., endereço eletrônico, Telefone: (.....)....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua....., N.º, Bairrona Cidade de, Estado, CEP:, endereço eletrônico, Cel: (.....)....., **DECLARA**, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que a empresa não possui fato impeditivo que altere os dados para efetivação de sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade assina a presente.

..... de..... de 2022.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
E ASSINATURA



ANEXO VI

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR (LEI N.º 9.854/99)

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua....., N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP....., endereço eletrônico, Telefone: (.....)....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua....., N.º, Bairrona Cidade de, Estado, CEP:, endereço eletrônico, Cel: (.....), **DECLARA**, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto Lei Federal N.º 8.666/93, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

() nem menor de 16 anos.

() nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____ de _____ de 2022.

RAZAO SOCIAL

CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

E ASSINATURA

**ANEXO VII****TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Instrução Normativa N.º 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua....., N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP....., endereço eletrônico, Telefone: (.....)....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua....., N.º, Bairrona Cidade de, Estado, CEP:, endereço eletrônico, Cel: (.....)....., **DECLARA**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;
- e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em _____ de _____ de 2022.

(assinatura do representante legal do Licitante)



ANEXO VIII

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INCLUSÃO DOS CUSTOS
ADICIONAIS.

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ/MF sob N.ºcom sede à Rua
 N.º, Bairro na Cidade de, Estado, CEP
 endereço eletrônico, Telefone: (.....), por intermédio de seu representante legal
 Sr(a), nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade N.º
 Orgão Emissor/..... inscrito no CPF/MF sob N.º residente e domiciliado à Rua
 N.º, Bairrona Cidade de, Estado, CEP:
 endereço eletrônico, Cel: (.....)..... **DECLARA**, para fins de atendimento aos
 preceitos estabelecidos através do edital de **TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022**, que os preços ora apresentados
 encontram-se inclusos todos os custos adicionais para execução dos serviços, tais como: mão de obra, frete, seguro, taxas,
 impostos e demais encargos incidentes, constituindo-se, portanto, **na única remuneração devida pela contratante para
 execução completa do contrato.**

_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL
 CNPJ
 NOME DO REPRESENTANTE
 LEGALE ASSINATURA



ANEXO IX

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA AO LOCAL DAS OBRAS/SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita sob CNPJ/MF n.º _____, sediada em _____ por seu representante legal (ou responsável técnico) visitou os locais de execução das obras e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras/serviços/fornecimentos, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

(LOCAL) _____ de _____ de 2022.

RESPONSÁVEL TÉCNICO (LICITANTE)
CREA N.º _____

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO



ANEXO X

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA

A empresa _____, inscrita sob CNPJ/MF n.º _____, com sede à _____, DECLARA que optou por não realizar a visita técnica aos locais para prestação dos serviços constantes no objeto deste edital, e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta financeira, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório e não alegarei desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes com o intuito de se eximir das obrigações assumidas.

_____ de _____ de 2022.

RAZÃO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE
LEGALE ASSINATURA



ANEXO XI

TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.

MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa _____, inscrita sob CNPJ/MF n.º _____, sediada à _____, por meio de seu representante legal, infrafirmado DECLARA que o Sr. _____, inscrito no CPF sob n.º _____, registrado no Conselho, sob o n.º _____, será o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste edital.

_____ de _____ de 2022.

RAZAO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE
LEGALE ASSINATURA

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL

ANEXO XII

**TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022TP.****MODELO DE DECLARAÇÃO DE FUTURA CONTRATAÇÃO
PROFISSIONAL**

A empresa _____, inscrita sob CNPJ/MF n.º _____, sediada à _____, por meio de seu representante legal, infrafirmado DECLARA para fins de participação no edital TOMADA DE PREÇOS N.º 004/2022, que o profissional, o Sr. _____, inscrito no CPF sob n.º _____, registrado no Conselho, sob o n.º _____, integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado para prestação de serviços elencados no objeto desta licitação.

_____ de _____ de 2022.

RAZAO SOCIAL
CNPJ
NOME DO REPRESENTANTE
LEGALE ASSINATURA

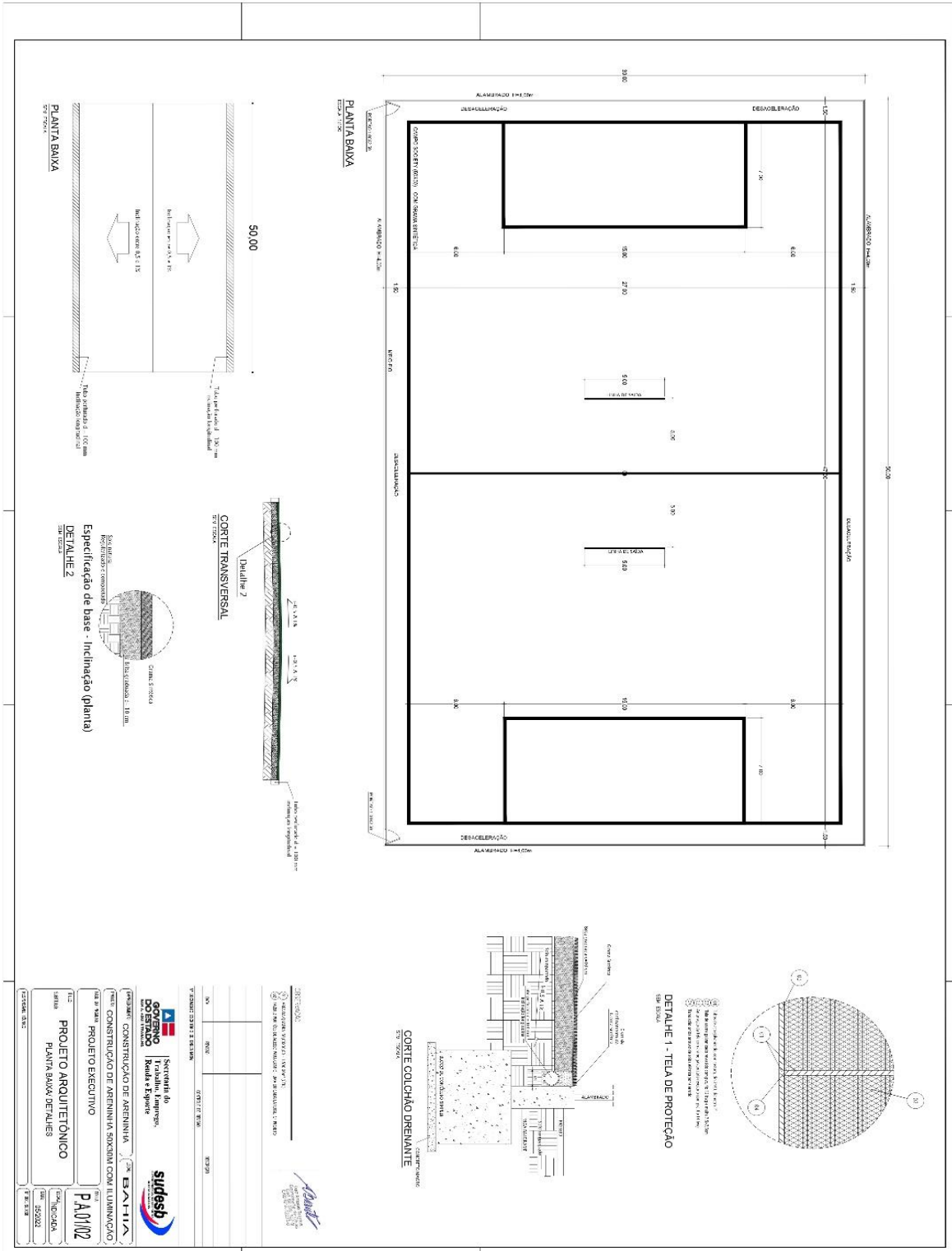
Eu _____, declaro estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente, conforme o estipulado no Edital TP 004/2022 e seus anexos.

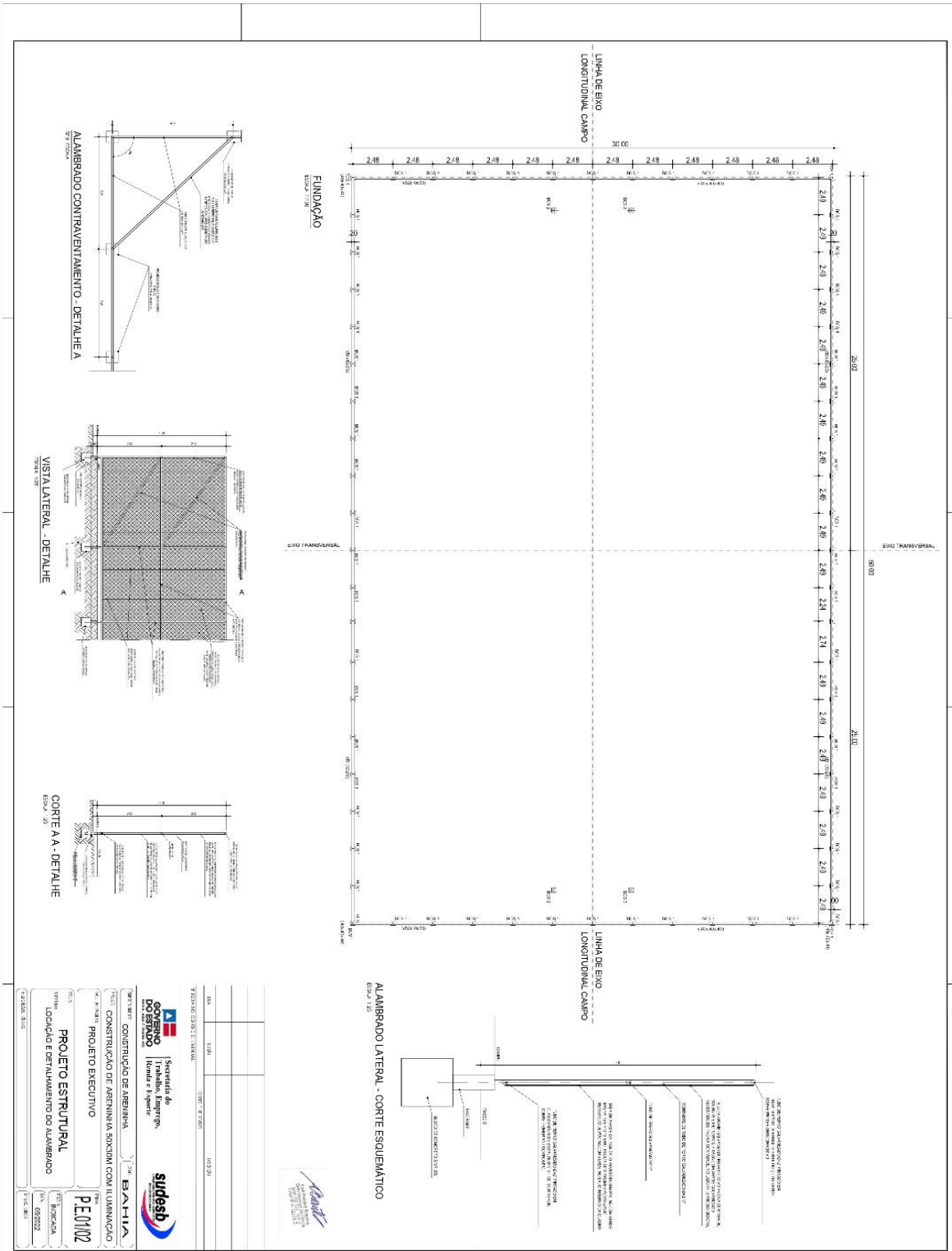
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL





PREFEITURA DE
**SEBASTIÃO
LARANJEIRAS**







VIGA = 20/50

2 N1 Ø8.0 - CORRIDA

0.30

3.94

N12Ø8.0 - C20

4.09

N2Ø8.0 - C20

0.30

2 N1 Ø8.0 - CORRIDA

800 N2 Ø6.3 C/20 C=120

5/5

10

45

| NOTAS GERAIS : | |
|----------------|----------------------------|
| ITEM | FORMA (m ²) |
| Blocos | 41,00m ² |
| Baldrame | 192,00m ² |
| | CONCRETO (m ³) |
| | 4,10m ³ |
| | 16,00m ³ |

| QUADRO | | | |
|----------|-------|-----|---------------|
| ip | Ø | Q | CL(km) CT (m) |
| 01 | 8.0 | 4 | 170,00 680,00 |
| 02 | 6.3 | 800 | 120,00 960,00 |
| PESO 6.3 | 0,245 | | 379,50 Kg |
| PESO 8.0 | 0,395 | | 166,00 Kg |

CORTE ESQUEMÁTICO

ESCALA 1:20

CORTE A A

ESCALA

1.º Eng.º Sebastião Laranjeiras
Cadastrado em 2012, 21/12/13
CRA Nº 17.482/13

EMPENHAMENTO: CONSTRUÇÃO DE ARENINHA LOCAL: BAHIA

PROJETO: CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M COM ILUMINAÇÃO FOLHA: P.E.02/02

FASE DO PROJETO: PROJETO EXECUTIVO

TÍTULO: PROJETO ESTRUTURAL ESTRUCTURA DO ALAMBRAO

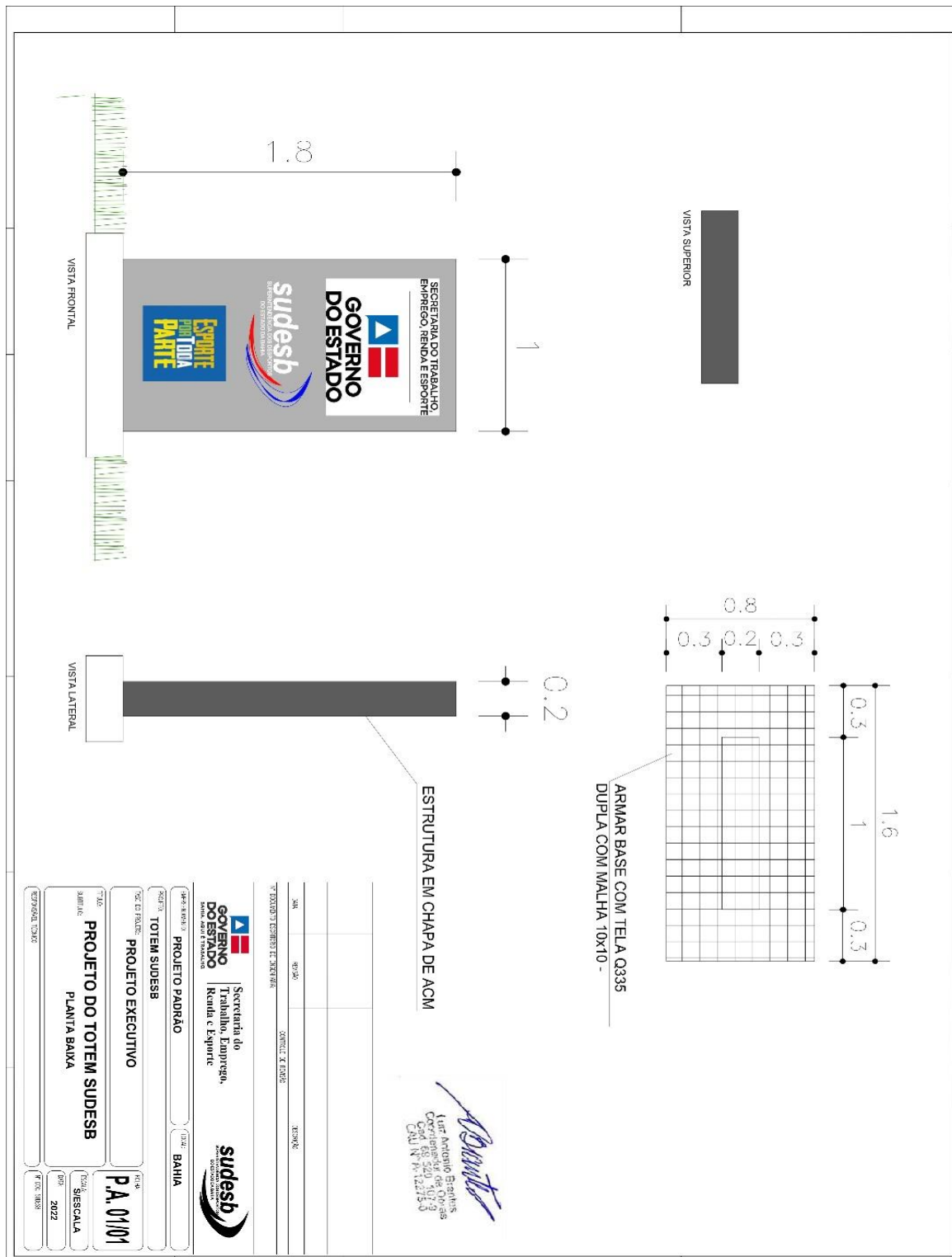
RESPONSÁVEL TÉCNICO: [Assinatura]

DATA: [] REVISÃO: []

N.º DOCUMENTO: [] CONTROLADOR DE REVISÃO: []

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE

Sudesb DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO





QD1 - QGBT

QD2 (CAMPO)

Quadro de Demandas (QD1)

| Grupo | Descrição | Esquema | Matrícula de Inst. | Tensão (V) | Pot. total (VA) | Pot. total (W) | Fases | Por. - R (W) | Por. - S (W) | Por. - T (W) | FCT | FCA | Irr. (A) | Ip (mm2) | Ic (A) | Dist. (m) | dV par. (%) | dV total (%) | |
|--------------|----------------------|---------|--------------------|------------|-----------------|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----|------|----------|----------|--------|-----------|-------------|--------------|------|
| 15 | Illum. Poste 1 | F-F-T | B1 | 220 V | 616 | 600 | S-T | 150 | 150 | 150 | 100 | 0,65 | 2,2 | 1,4 | 6 | 32,0 | 10 | 0,52 | 6,15 |
| 16 | Illum. Poste 2 | F-F-T | B1 | 220 V | 616 | 600 | R-T | 150 | 150 | 150 | 100 | 0,65 | 2,2 | 1,4 | 6 | 32,0 | 10 | 0,52 | 6,28 |
| 17 | Illum. Poste 3 | F-F-T | B1 | 220 V | 616 | 600 | R-T | 150 | 150 | 150 | 100 | 0,65 | 2,2 | 1,4 | 6 | 32,0 | 10 | 0,41 | 6,17 |
| 18 | Illum. Poste 4 | F-F-T | B1 | 220 V | 616 | 600 | S-T | 150 | 150 | 150 | 100 | 0,65 | 2,2 | 1,4 | 6 | 32,0 | 10 | 0,54 | 6,30 |
| 19 | Illuminação Banheiro | F-N | B1 | 127 V | 60 | 54 | R | 54 | | | 100 | 0,80 | 2,4 | 1,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,06 | 5,82 |
| 20 | Tom. Banheiro 1 | F-N-T | B1 | 127 V | 122 | 100 | S | | | | 100 | 0,80 | 2 | 1,6 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,07 | 5,83 |
| 21 | Tom. Banheiro 2 | F-N-T | B1 | 127 V | 122 | 100 | S | | | | 100 | 0,80 | 2 | 1,6 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,07 | 5,83 |
| 22 | Reserva | F-N-T | B1 | 220 V | 500 | 500 | T | | | 500 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | Reserva | F-F-T | B1 | 220 V | 500 | 500 | R-S | 250 | 250 | 250 | 100 | 1,00 | 2,3 | 2,3 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | Reserva | F-F-T | B1 | 220 V | 500 | 500 | R-S | 250 | 250 | 250 | 100 | 1,00 | 2,3 | 2,3 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | Reserva | F-F-T | B1 | 220 V | 500 | 500 | R-S | 250 | 250 | 250 | 100 | 1,00 | 2,3 | 2,3 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | | | | | 4632 | 4694 | R+S+T | 1004 | 1250 | 1200 | | | | | | | | | |

Quadro de Cargas (QD2)

| Grupo | Descrição | Esquema | Matrícula de Inst. | Tensão (V) | Pot. total (VA) | Pot. total (W) | Fases | Por. - R (W) | Por. - S (W) | Por. - T (W) | FCT | FCA | Irr. (A) | Ip (mm2) | Ic (A) | Dist. (m) | dV par. (%) | dV total (%) | |
|-------|-------------------|---------|--------------------|------------|-----------------|----------------|-------|--------------|--------------|--------------|-----|------|----------|----------|--------|-----------|-------------|--------------|------|
| 1 | Illum. Poste 1 | S-T | | 110 V | 8 | 8 | | | | 8 | 100 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 |
| 2 | Illum. Poste 2 | R-T | | 110 V | 10 | 10 | | | | 10 | 100 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 | 0,02 |
| 3 | Illum. Poste 3 | R-T | | 110 V | 6 | 6 | | | | 6 | 100 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 | 0,01 |
| 4 | Illum. Poste 4 | R-T | | 110 V | 17 | 17 | | | | 17 | 100 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 | 0,03 |
| 5 | Illum. Banheiro 1 | R-T | | 110 V | 25 | 23 | | | | 23 | 100 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 |
| 6 | Illum. Banheiro 2 | R-T | | 110 V | 25 | 23 | | | | 23 | 100 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 | 0,05 |
| 7 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 8 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 9 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 13 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 14 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 15 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 16 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 17 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 18 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 19 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 20 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 21 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 22 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 23 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 24 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |
| 25 | Reserva | R-S | | 110 V | 250 | 250 | | | | 250 | 100 | 1,00 | 3,9 | 3,9 | 2,5 | 24,0 | 10 | 0,00 | 0,00 |

1 PARA MEIO DE CÁLCULO DO PÉRTEO CONDIÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO...
 2...
 3...
 4...
 5...
 6...
 7...
 8...
 9...
 10...
 11...
 12...
 13...
 14...
 15...
 16...
 17...
 18...
 19...
 20...
 21...
 22...
 23...
 24...
 25...

SISTEMA DE LICITAÇÃO Nº 001/2022

SECRETARIA DE
Infraestrutura e Transportes

SECRETARIA DE
Infraestrutura e Transportes

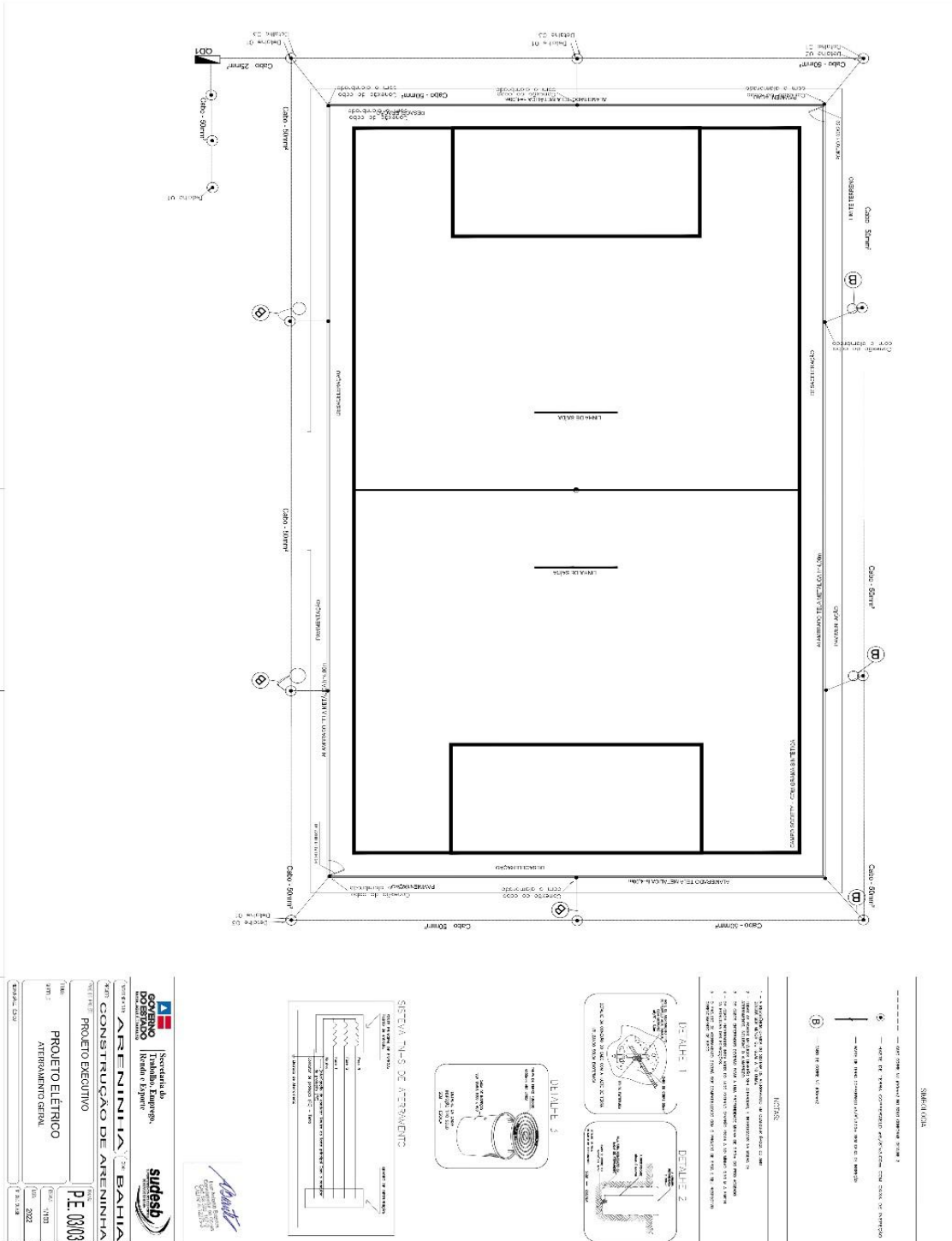
SECRETARIA DE
Infraestrutura e Transportes

PROJETO EXECUTIVO

QUADRO DE CARGAS DIVERSAS UNIFILAR

PE 02/03

2022





SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DE OPERAÇÕES / COORDENAÇÃO DE OBRAS
PLANTILHA RESUMO

| ITEM | SERVIÇO | VALOR |
|--|--|-------------------|
| 1 | CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA | |
| 1.1 | ADMINISTRAÇÃO DA OBRA | 10.934,48 |
| 1.2 | SERVIÇOS PRELIMINARES | 12.646,82 |
| 1.3 | CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO COM ALTURA DE 4,00M | 331.490,94 |
| 1.4 | IMPLANTAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 50X30M | 358.500,00 |
| 1.5 | SISTEMA DE ILLUMINAÇÃO EM LED E SPDA | 89.454,68 |
| 1.6 | PAVIMENTAÇÃO (PASSEIO EM INTERTRAVADO) | 34.366,56 |
| 1.7 | INSTALAÇÃO DO TOTEM INSTITUCIONAL EXTERNO | 11.875,00 |
| ENCARGOS SOCIAIS (%): 85,04% (HORA) 47,38% (MES) | | |
| BDI: 25% | | |
| FONTES: ORSE - FEVEREIRO 2022 / SINAPI - MARÇO 2022 | | |
| TOTAL EM R\$ | | 849.268,48 |

Antonio Brites
1.º Antônio Brites
Operante nº de 0729
Cada. RG 520.2753
CRLV N.º. 12.153



PREFEITURA DE
**SEBASTIÃO
LARANJEIRAS**



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DE OPERAÇÕES / COORDENAÇÃO DE OBRAS

| ITEM | CÓDIGO COMPOSIÇÃO | SERVIÇOS | UNID | QTD | CONTRATO | | TOTAL (A) |
|--------------|-------------------|--|-------|----------|---------------------|---------------------|------------|
| | | | | | PREÇO UNIT. SEM BDI | PREÇO UNIT. COM BDI | |
| 1 | | CONSTRUÇÃO DE ARENINA 50X30M NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA | | | | | |
| 1.1 | | ADMINISTRAÇÃO DA OBRA | | | | | |
| 1.1.1 | 30771 | SOLICITAÇÃO CIVIL DE VISA VOLTAR COM SERVIÇOS CONSULTORIAS | H | 40,00 | 92,45 | 116,81 | 10.344,46 |
| 1.1.2 | 40716 | FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA OBRAS | H | 176,00 | 28,46 | 33,56 | 6.282,28 |
| 1.2 | | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | |
| 1.2.1 | 30011/0302 | PLANO DA OBRA EM CADEN DE AÇO GALVANIZADO (2,00 X 4,00) INSTALAR | M2 | 6,00 | 346,93 | 431,66 | 12.646,82 |
| 1.2.2 | 30021/0302 | FORNECIMENTO DE OBRAS | M2 | 150,00 | 313,08 | 391,23 | 5.066,95 |
| 1.2.3 | 30031/0302 | SERVIÇOS PRELIMINARES | M2 | 1.500,00 | 0,92 | 1,15 | 1.795,00 |
| 1.2.4 | 06030/0302 | LIGANDA FUNDADA DE ASFA NO DIÁMETRO DE 1,22" COM FORNECIMENTO DO MATERIAL, INCLUSIVE HOMOGENEIZAÇÃO DE 2000/L DE CIMENTO C/TRAFA DE CONCRETO | TM | 1,00 | 1.282,31 | 1.603,39 | 1.603,39 |
| 1.3 | | CONSTRUÇÃO DE ALBERGO COM ALTEIRA DE 4,00M | | | | | |
| 1.3.1 | | Executiva | | | | | |
| 1.3.1.1 | 93135 | REMOÇÃO MANUAL DE VEDA COM UNIFORMIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M | M3 | 74,30 | 72,11 | 30,14 | 6.697,76 |
| 1.3.1.2 | 93935 | REBATEDO MANUAL ACABADO COM SCOTCH | M2 | 54,42 | 42,82 | 34,65 | 2.982,47 |
| 1.3.1.3 | 100991 | OBRA E DESMOLA RECONSTRUÇÃO DE ELEVADO DE CONTORNO DIAGONAL DE 6,52 | M3 | 70,47 | 81,97 | 114,09 | 748,12 |
| 1.3.1.4 | 97913 | TRABALHO COM CALDEADO BASTANTE DE 6 CM, EM VILA URBANA EM REVESTIMENTO DIAGONAL | M2/M3 | 1.057,06 | 2,23 | 3,66 | 3.888,82 |
| 1.3.1.5 | 93241 | LASTRO DE CONCRETO UNICO, ACABADO EM FIOS DE FIBRAS, ESPESURA DE 3 CM | M2 | 64,00 | 28,90 | 36,13 | 2.212,32 |
| 1.3.1.6 | 94335 | PREPARAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISO PARA OBRAS, EM ÁREAS PLANAS, F-20, nos 4 utilizações | M2 | 40,96 | 13,48 | 132,33 | 2.877,84 |
| 1.3.1.7 | 94336 | TRAFEGAR, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISO PARA OBRAS, EM ÁREAS PLANAS, F-20, nos 4 utilizações | M2 | 192,00 | 82,31 | 103,38 | 19.859,68 |
| 1.3.1.8 | 94344 | REMOÇÃO DE PISO, VITRIFICO EM OBRAS UTILIZANDO MO DE-50 NO 6,3 MM - PORTLAND | M3 | 462,00 | 16,44 | 20,89 | 832,20 |
| 1.3.1.9 | 95345 | ACABADO DE PISO, VITRIFICO EM OBRAS UTILIZANDO MO DE-50 NO 8 MM - PORTLAND | M3 | 316,00 | 15,37 | 19,21 | 6.070,36 |
| 1.3.1.10 | 10190 | LANÇAMENTO COM 200 DE BALDEZ ARREBAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM REVESTIDAS, AN 02/2022 | M3 | 20,20 | 298,92 | 322,90 | 6.489,00 |
| 1.3.1.11 | 94901 | CONCRETO REC - 2000, TRACO 1:2:3(2/3) CIMENTO/AREIA/ÁGUA/DETA 11 - FERRO MECÂNICO COM DENSIDADE 200 | M3 | 20,20 | 148,74 | 198,718 | 11.798,97 |
| 1.3.2 | | SERVIÇOS DE | | | | | |
| 1.3.2.1 | COMP 2 | MANEJO EM TUDO DE MÃO MANOBRADA, COM CORTA, EM 2400, CIMENTO DE 3ª COM ALTEIRA= 4,00M E TELA DE AMAR GALVANIZADO REVESTIDO COM PVC, 4,0 X 12 | M2 | 640,00 | 269,89 | 329,86 | 211.110,40 |
| 1.3.2.2 | 07080/0302 | PREPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO EM VITRIFICO DE 10 X 10 CM PARA CUBETA DE ESPELTO | M2 | 662,00 | 16,47 | 20,84 | 13.337,40 |
| 1.3.2.3 | 0390/0302 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REDE DE PROTEÇÃO EM VITRIFICO DE 10 X 10 CM PARA CUBETA DE ESPELTO | M2 | 1.500,00 | 20,00 | 29,00 | 37.500,00 |
| 1.4 | | IMPLEMENTAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA VERDE | | | | | |
| 1.4.1 | COMP030 | SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, INCLUSIVE FORNECIMENTO, DE GRAMA SINTÉTICA DE 90 CM, ALTA DURABILIDADE, COM VITRIFICO DE 10 X 10 CM, EM ÁREAS PLANAS, COM DRENAGEM DE 2 CM DE PROFUNDIDADE, COM REVESTIMENTO DE CONCRETO DE 10 CM DE ESPESURA, COM CORTA DE 10 CM DE ALTEIRA, COM TELA DE AMAR GALVANIZADO REVESTIDO COM PVC, 4,0 X 12 | M2 | 1.500,00 | 193,20 | 239,00 | 338.500,00 |
| 1.5 | | SISTEMA DE ILLUMINAÇÃO EM LADO E OBRA | | | | | |
| 1.5.1 | | PROVA DE OBRA | | | | | |
| 1.5.1.1 | 09416/0302 | RECONSTRUÇÃO DE PISO DE CIMENTO, ALMO, TRAFEGAR, EM PAVIMENTO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO DE FIBRA | M2 | 1,00 | 2.401,9 | 3.001,48 | 3.151,15 |
| 1.5.1.2 | 09416/0302 | RECONSTRUÇÃO DE PISO DE CIMENTO, ALMO, TRAFEGAR, EM PAVIMENTO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO DE FIBRA | M2 | 1,00 | 62,40 | 79,62 | 79,60 |
| 1.5.3 | 91872 | ADORNAMENTO DE PISO DE CIMENTO, ALMO, TRAFEGAR, EM PAVIMENTO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO DE FIBRA | M2 | 1,80 | 15,33 | 13,64 | 79,96 |
| 1.5.4 | 91833 | ADORNAMENTO DE PISO DE CIMENTO, ALMO, TRAFEGAR, EM PAVIMENTO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO DE FIBRA | M2 | 2,00 | 16,41 | 20,51 | 41,22 |
| 1.5.5 | 91835 | ADORNAMENTO DE PISO DE CIMENTO, ALMO, TRAFEGAR, EM PAVIMENTO GALVANIZADO COM REVESTIMENTO DE FIBRA | M2 | 1,00 | 9,28 | 11,60 | 13,60 |
| 1.5.6 | | SISTEMA DE ILLUMINAÇÃO EM LADO | | | | | |
| 1.5.6.1 | 93338 | RECONSTRUÇÃO MANUAL DE VEDA COM PERÍMETRO MENOR OU IGUAL A 1,30 M | M3 | 11,33 | 72,11 | 90,14 | 1.039,41 |
| 1.5.6.2 | 93935 | REBATEDO MANUAL ACABADO COM SCOTCH | M2 | 6,27 | 43,72 | 34,65 | 342,76 |
| 1.5.6.3 | 100991 | OBRA E DESMOLA RECONSTRUÇÃO DE ELEVADO DE CONTORNO DIAGONAL DE 6,52 | M3 | 16,31 | 8,87 | 11,69 | 180,85 |
| 1.5.6.4 | 97913 | TRABALHO COM CALDEADO BASTANTE DE 6 CM, EM VILA URBANA EM REVESTIMENTO DIAGONAL (VOLTAR MEXER) | M2/M3 | 189,22 | 2,33 | 3,66 | 1.750,53 |



PREFEITURA DE
**SEBASTIÃO
LARANJEIRAS**



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DOS DEPARTAMENTOS DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DE OPERAÇÕES / COORDENAÇÃO DE OBRAS

| ITEM | CÓDIGO COMPOSIÇÃO | SERVIÇOS | UNID | QTD | PREÇO UNIT. SEM IPI | PREÇO UNIT. COM IPI | TOTAL (R) |
|--------------|-------------------|--|------|--------|---------------------|---------------------|-----------|
| 1.3.2.5 | 92829 | FUNO DE CONCRETO PARA SERVIÇOS DE FUNDAMENTO DE PAREDE PERIMETRO, DIÂMETRO DE 800 MM, LARGURA TERMINADA EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 8,00 | 699,96 | 869,80 | 6.958,40 |
| 1.3.2.6 | 10370 | LAMPARÃO COM USO DE BULBOS, ALIMENTADO E ACIONADO DE CONCRETO EM SERVIÇOS, Nº 02/2022 | M3 | 5,12 | 258,32 | 322,90 | 1.663,26 |
| 1.3.2.7 | 94971 | CONCRETO FCK = 25MPa, TIPO 12,12,7 (CONCRETO ÁGUA REJUA) BETA 1) - UNIFORMADO COM ARMADURA 600 L | M3 | 5,12 | 469,74 | 587,18 | 3.006,56 |
| 1.3.2.8 | 93441 | FAIXA DE CONCRETO BASTÃO, ALICADO EM LARGURA, ESPESURA DE 5 CM | M2 | 4,00 | 489,00 | 364,13 | 324,80 |
| 1.3.2.9 | COMP 4 | FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO DE BARRAS DE CONCRETO Nº12/2020 (LARGURA DE 1,00 M) | M | 4,00 | 3.473,24 | 4.291,33 | 17.366,20 |
| 1.3.2.10 | 34519 | CONCRETO DE CONCRETO | M | 4,00 | 82,24 | 202,80 | 411,20 |
| 1.3.3 | | SISTEMA DE ABASTECIMENTO | | | | 26.151,07 | |
| 1.3.3.1 | 93338 | RELEVAMENTO MANTEL DE VILA COM PROJEÇÃO DE 1,20 M | M3 | 29,20 | 72,71 | 90,14 | 2.271,53 |
| 1.3.3.2 | 94995 | RELEVAMENTO MANTEL APÓLIDO COM REQUER | M3 | 17,20 | 43,75 | 54,66 | 666,73 |
| 1.3.3.3 | 10391 | CHAPA E DECORADA RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO DE SERVIÇOS Nº 02/2022 | M2 | 13,08 | 8,87 | 11,09 | 170,89 |
| 1.3.3.4 | 97193 | TRANSPOZICIONAMENTO DE CONCRETO BASTÃO DE 6 CM, EM VILA URBANA EM RELEVAMENTO DE 1,20 M | M3 | 13,20 | 2,93 | 3,66 | 47,88 |
| 1.3.3.5 | 94994 | CHAPA DE CONCRETO Nº 02/2022 | M | 148,00 | 84,29 | 104,74 | 15.502,32 |
| 1.3.3.6 | 94985 | CHAPA DE CONCRETO Nº 02/2022 | M | 150,00 | 96,69 | 120,00 | 18.000,00 |
| 1.3.3.7 | 94911 | CHAPA DE CONCRETO Nº 02/2022 | M | 130,00 | 49,72 | 57,15 | 742,95 |
| 1.3.3.8 | 1113/OSSE | FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA SOLA ELEVADA COM CONCRETO PARA CILINDRO DE 30CM | M | 10,00 | 12,08 | 15,73 | 157,30 |
| 1.3.3.9 | 09427/OSSE | FORNECIMENTO DE CONCRETO PARA SOLA ELEVADA COM CONCRETO PARA CILINDRO DE 30CM | M | 10,00 | 212,08 | 263,81 | 2.638,10 |
| 1.3.4 | | INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS | | | | 27.311,21 | |
| 1.3.4.1 | 42218 | RETIROS DE LATA PARA TERMINAÇÃO FINAL, 300 X 4, PROTEÇÃO EM ALUMÍNIO DE 400 MM | M | 8,00 | 1.349,74 | 1.483,20 | 12.075,60 |
| 1.3.4.2 | 97887 | SOLA ELEVADA DE CONCRETO RECONSTRUÇÃO, EM ALUMÍNIO COM TUBOS DE CONCRETO Nº12/2020, TIPO COM BRITA, ESCOMBROS INTERMEDIÁRIOS, Nº 02/2022 | M | 9,00 | 266,13 | 332,74 | 2.994,66 |
| 1.3.4.3 | 91871 | RELEVAMENTO DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS, INSTALAÇÃO EM FAIXA | M | 36,00 | 11,75 | 14,60 | 528,84 |
| 1.3.4.4 | 91873 | RELEVAMENTO DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS, INSTALAÇÃO EM FAIXA | M | 130,00 | 18,66 | 23,33 | 3.032,80 |
| 1.3.4.5 | 91893 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 6,00 | 12,49 | 15,61 | 93,66 |
| 1.3.4.6 | 94116 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 2,00 | 10,88 | 13,60 | 27,20 |
| 1.3.4.7 | 91884 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS, INSTALAÇÃO EM FAIXA | M | 12,00 | 7,90 | 9,88 | 118,56 |
| 1.3.4.8 | 91886 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS, INSTALAÇÃO EM FAIXA | M | 44,00 | 11,17 | 13,96 | 614,24 |
| 1.3.4.9 | 91872 | RELEVAMENTO DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS, INSTALAÇÃO EM FAIXA | M | 6,00 | 15,23 | 19,04 | 114,24 |
| 1.3.4.10 | 91885 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 30,00 | 9,28 | 11,60 | 348,00 |
| 1.3.4.11 | 91929 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 445,00 | 7,25 | 9,65 | 4.300,75 |
| 1.3.4.12 | 91931 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 30,00 | 10,41 | 13,01 | 390,30 |
| 1.3.4.13 | COMP 5 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 32,00 | 5,32 | 6,65 | 212,80 |
| 1.3.4.14 | 10183 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 1,00 | 711,62 | 889,33 | 889,33 |
| 1.3.4.15 | 10186 | CHAPA DE CONCRETO Nº12/2022, PARA CIRCULOS TERMINAIS - FUNDICIONAMENTO E ASSERTEAMENTO | M | 5,00 | 139,49 | 159,21 | 697,05 |
| 1.6 | | PREVENÇÃO (PARTE DO INTERVENIENDO) | | | | 34.306,56 | |
| 1.6.1 | 96039 | PREVENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO, UTILIZANDO MATERIAIS DE 100 A 150 MM DE DIÂMETRO, TIPO 12,12,7 (CONCRETO ÁGUA REJUA) BETA 1) - UNIFORMADO COM ARMADURA 600 L | M3 | 75,40 | 19,93 | 19,94 | 1.501,22 |
| 1.6.2 | 100931 | PREVENÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO, UTILIZANDO MATERIAIS DE 100 A 150 MM DE DIÂMETRO, TIPO 12,12,7 (CONCRETO ÁGUA REJUA) BETA 1) - UNIFORMADO COM ARMADURA 600 L | M3 | 99,80 | 8,87 | 11,09 | 603,18 |
| 1.6.3 | 94976 | TRANSPOZICIONAMENTO DE CONCRETO BASTÃO DE 6 CM, EM VILA URBANA EM RELEVAMENTO DE 1,20 M | M3 | 697,00 | 1,51 | 1,83 | 1.059,33 |
| 1.6.4 | 100718 | RECONSTRUÇÃO E CONCRETO DE BASTÃO Nº12/2020, EM VILA URBANA EM RELEVAMENTO DE 1,20 M | M3 | 249,00 | 2,43 | 3,04 | 759,40 |
| 1.6.5 | 94996 | RECONSTRUÇÃO E CONCRETO DE BASTÃO Nº12/2020, EM VILA URBANA EM RELEVAMENTO DE 1,20 M | M3 | 376,00 | 152,51 | 190,64 | 4.966,64 |



PREFEITURA DE

**SEBASTIÃO
LARANJEIRAS**



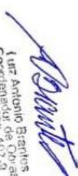
SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DE OPERAÇÕES / COORDENAÇÃO DE OBRAS

| ITEM | CÓDIGO COMPOSIÇÃO | SERVIÇOS | CONTRATO | | | | | |
|--|-------------------|--|----------|----------|-----------------------|---------------------|-----------|-------------------|
| | | | UND | QTD | PREÇO INICIAL SEM BDI | PREÇO UNIT. COM BDI | TOTAL (A) | |
| 1.6.6 | 92397 | INSTALAÇÃO DE PLANO DEPARTAMENTADO EM TIPO TRIFASICADO, COM 6 (SEIS) FASES/ETAPAS, COM NOMEADURA DE 20X10mm, 22Z | | 2.602,00 | 54,37 | 67,96 | 17.669,60 | |
| 1.6.7 | 91263 | ASSISTÊNCIA DE GUÁRDIA (24H/7D) - CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÃO DE PREVENÇÃO, DIMENSÃO: 100X130X130X CM (CORREDORIO X BASE INTERIOR X BASE EXTERIOR X ALTURA) M | M | 180,00 | 30,05 | 37,56 | 6.760,80 | |
| 1.6.8 | 10248 | PRIMEIRA DE MÃO-DE-OBRA COM ATENÇÃO À SAÚDE DE C/T (OBRAS) M | M | 180,00 | 1,76 | 1,83 | 329,40 | |
| 1.7 | COMP 6 | INSTALAÇÃO DO TÓRREO INSTITUCIONAL EXTERNO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE COTER EM AÇO (ALUMÍNIO CORROSIVO), DIMENSÕES DE 1,80 X 1,00 M, COTER DE USO TEMPORÁRIO DA BAHIA, PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, RECREIO, SAÚDE, E OUTRAS ATIVIDADES DE INTERESSE DA POPULAÇÃO EM GERAL, COM OBRAS DE INSTALAÇÃO, BARRAS, FUNDAMENTOS E MOBILIÁRIO NO LOCAL, DEBATE E REDELIÇÕES CONSUMÍVEIS NO MONITORIAL, DESCRITIVO: | UNO | 1,00 | 9.450,00 | 11.875,00 | 11.875,00 | |
| ENCARGOS SOCIAIS (%): 85,04 (OBRAS) 47,384 (MÉS) | | | | | | | | |
| BDI: 25% | | | | | | | | |
| FONTE: OSR - FEVEREIRO 2022 / SIMPLI - MARÇO 2022 | | | | | | | | |
| TOTAL EM R\$ | | | | | | | | 849.268,48 |

[Assinatura]
 Luiz Antonio Brito
 Coordenador de Obras
 CREA Nº. 7.123.0



| ETAPAS | SERVIÇOS | CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO | | | | | | |
|--------|--|--------------------------------|--------|--|--|--------|------------|----------------------|
| | | PERÍODO DIAS | 1º MES | | | 2º MES | | VALOR TOTAL (R\$) |
| 1 | CONSTRUÇÃO DE ARENINA 50X30M NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BAHIA | | | | | | | |
| 1.1 | ADMINISTRAÇÃO DA OBRA | EXECUÇÃO | | | | | 5.467,24 | 1,29% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 5.467,24 | |
| 1.2 | SERVIÇOS PRELIMINARES | EXECUÇÃO | | | | | 6.323,41 | 1,49% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 6.323,41 | |
| 1.3 | CONSTRUÇÃO DE ALABRADO COM ALTURA DE 4,00M | EXECUÇÃO | | | | | 165.745,47 | 39,03% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 165.745,47 | |
| 1.4 | IMPLANTACÃO DE GRAMA SINTÉTICA 50X30M | EXECUÇÃO | | | | | 179.250,00 | 42,21% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 179.250,00 | |
| 1.5 | SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED E SPDA | EXECUÇÃO | | | | | 44.727,34 | 10,53% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 44.727,34 | |
| 1.6 | PAVIMENTAÇÃO (PASSEIO EM INTERTRAVADO) | EXECUÇÃO | | | | | 34.366,56 | 4,05% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 34.366,56 | |
| 1.7 | INSTALAÇÃO DO TOTE M INSTITUCIONAL EXTERNO | EXECUÇÃO | | | | | 11.875,00 | 1,40% |
| | | VALOR (R\$) | | | | | 11.875,00 | |
| | | SOMA PARCIAL | | | | | 401.513,46 | |
| | | % | | | | | 47% | |
| | | SOMA TOTAL | | | | | 849.268,48 | |
| | | % | | | | | 100% | |


 Luiz Antonio Bercinas
 CPF nº 029.407.900-00
 CNPJ nº 14.122.753/0001-00



PREFEITURA DE
**SEBASTIÃO
LARANJEIRAS**



SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
DIRETORIA DE OPERAÇÕES DE ESPORTES ESPORTIVOS
COMPOSIÇÕES DOS SERVIÇOS - ANALÍTICO

| TIPO | CODIGO | INSTRUM. / SERVIÇO | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITARIO | VALOR PARCIAL |
|------------|---------------|--|------|-------------|----------------|---------------|
| | COMP 1 | SERVÇOS TOROBALETTOS | | | | |
| INSUMO | 20206 | SERRAL APARELHADO *3 X 10* CM, EM VACUANDUA, ANGULO OU EQUIVALENTE DA REGIÃO | M | 1,000 | 11,88 | 0,32 |
| COMPOSICAO | 88333 | MOVIDOR DE TOROBALETTOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,020 | 11,94 | 0,24 |
| COMPOSICAO | 88328 | INTELANDOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,015 | 14,64 | 0,22 |
| COMPOSICAO | 88316 | SERVITE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,012 | 18,23 | 0,22 |
| | | | | | | |
| | COMP 2 | ALUMBRADO EM TUBOS DE ACO GALVANIZADO, COM COSTURA, DIA 2440, DIAMETRO DE 2", COM ALTURA= 4,00M E TELA DE ALUMINIZADO REVESTIDO COM PVC, FIO 12 | | | | |
| INSUMO | 346 | ALUMBR DE ACO GALVANIZADO 1,8 X 1,17 (45,750, 100 MM), ROLA 1000 M | M | 1,000 | 30,74 | 0,98 |
| INSUMO | 10988 | FLETORO REVESTIDO AOS - E-6010, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM | RG | 0,032 | 37,84 | 0,98 |
| INSUMO | 7696 | TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE REGIA, DN 2", E = *3,63* MM; RISO *5,10* MM; OBR 5580 | M | 1,500 | 97,06 | 146,59 |
| INSUMO | 10995 | TELA DE ALUMINIZADO GALVANIZADO EM PVC, QUADRANGULAR / LOSANGULAR, FIO 2,17 MM (12 BRN), BITOLA FINAL = *3,8* MM, MALHA 7,5 X 7,5 CM, H = 2 M | M | 1,200 | 59,70 | 71,64 |
| COMPOSICAO | 88317 | SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,400 | 34,07 | 13,63 |
| COMPOSICAO | 88315 | SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,400 | 24,75 | 9,90 |
| COMPOSICAO | 88316 | SERVITE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,800 | 18,23 | 14,58 |
| | | | | | | |
| | COMP 3 | TRAZE BARRA CANTO DE FIBRADO COM REDE E FUNDACAO EM BLOCO DE CONCRETO | | | | |
| COMPOSICAO | 94388 | ESTACAOÇÃO MANUAL DE UTA COM RESISTENCIA MINIMA DE 100N A 1,50 M, AT 02/2016 | M | 1,000 | 72,11 | 5,13 |
| COMPOSICAO | 95241 | LACTRO DE CONCRETO VIBRO, ABILCOO EM PRESS 500 PSI/34,5 MP, ESPESURA DE 3 CM, AT 07/2016 | M | 0,180 | 28,99 | 5,20 |
| COMPOSICAO | 94963 | CONCRETO FIBRADO - 150 MP, TUBO 113,413 (CIMENTO/AREIA/REDA/BRITA I) - FIBRADO MECANICO COM CAP DIAMETRO = 113,413 | M | 0,054 | 414,55 | 22,39 |
| INSUMO | 23398 | TRABALHADOR DE FIBRADO, TIPO 4", RESPONSÁVEL, NAO ENT 402,2M, INCLUSO REDE | PAR | 1,000 | 5,152,03 | 5,152,03 |
| COMPOSICAO | 88316 | SERVITE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 1,000 | 18,23 | 18,23 |
| | | | | | | |
| | COMP 4 | PONDECIMENTO E ASSANTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO B-1M/200KG DUPLA T | | | | |
| COMPOSICAO | 04129/03SE | POSTE DE CONCRETO DUPLA T, 200 KG, H = 11 M (OBR 9451) | UND | 1,000 | 323,64 | 3,473,24 |
| COMPOSICAO | 88316 | SERVITE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 6,000 | 18,23 | 109,38 |
| COMPOSICAO | 91694 | GRUPO MOTO ALIBALICO, CAPACIDADE MAXIMA DE CARGA 8500 KG, MOMENTO MAXIMO DE CARGA 3,8 TM, ALANCE MAXIMO HORIZONTAL 7,60 M, INCLUSIVE CANTONHO TOCO PER 9,700 KG, POTENCIA DE 160 CV - CAP DIAMETRO = 18,23 | CHF | 10,000 | 230,68 | 2,306,90 |
| COMPOSICAO | 103870 | LANCAMENTO COM 090 DE BARRAS, AERAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS, AT 07/2012 | M | 0,200 | 258,32 | 51,66 |
| COMPOSICAO | 94963 | CONCRETO FIBRADO - 150 MP, TUBO 113,413 (CIMENTO/AREIA/REDA/BRITA I) - FIBRADO MECANICO COM BARRA 600 L, AT 07/2016 | M | 0,200 | 408,80 | 81,76 |



SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES
 SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
 DIRETORIA DE OPERAÇÕES DE ESPAÇOS ESPORTIVOS
 COMISSÕES DOS SERVIÇOS - ANALÍTICO

| TIPO | CODIGO | INSUMO / SERVIÇO | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | VALOR PARCIAL |
|----------|--------|---|------|-------------|----------------|---------------|
| INSUMO | COMP 5 | FITA DE ALUMINIO PARA AMARRAÇÃO DE ESTREPOTIMO DO ROSTE | UN | 1,000 | | 5,32 |
| INSUMO | 406 | FITA AÇO INOX PARA CINTA ROZE, L = 19 MM, E = 0,5 MM (ROLO DE 30M) | UN | 0,050 | 69,91 | 3,50 |
| COMPOSTO | 88316 | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 0,100 | 18,23 | 1,82 |
| TIPO | CODIGO | INSUMO / SERVIÇO | UNID | COEFICIENTE | PREÇO UNITÁRIO | VALOR PARCIAL |
| COMPOSTO | COMP 6 | ITEM INSTITUCIONAL | M2 | 1,0000 | | 9,500,00 |
| COMPOSTO | 94996 | ITEM INSTITUCIONAL EXTERNO DUPLA FACE, MED. 1000 MM X 1800MM, COMPOSTO POR ESCRITURA INTERNA EM PERIF. DE AÇO GALVANIZADO ENRIQUITO, RESISTIDA POR PERIF. DE ALUMINIO EXTRUDIDO ANODIZADO POR 20 ANOS DE GARANTIA, COM 4 MM X 20MM, NAS CORAS DO PROBLETO, INFERIORMENTE EM VINIL, PASTA BRANCA E APLICADO EM SUPERFICIE LISA E SEM ACABAMENTO. | M | 1,00 | 8.875,00 | 8.875,00 |
| COMPOSTO | 94996 | PROTEÇÃO DE ASBESTO (CATEDRA DE RISO DE CONCRETO SOLICAO III LOCO, FITO EM CERA, APLICADO CONVENCIONAL, ESPESSURA 10 CM, ANVADO. AF.07/2018 | M2 | 2,00 | 124,47 | 248,94 |
| COMPOSTO | 95240 | LASTRO DE CONCRETO VARGO, APLICADO EM FISSO, LAJE SOBRE SOLO DE SACIERS, ESPESSURA DE 3 CM. AF.07/2018 | M2 | 1,44 | 16,91 | 24,21 |
| COMPOSTO | 92482 | MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PISAO DE LAJE VACIOA, PE-CRISTO SIMPLES, EM VAREIRA SERRADA, 1 UTILIZACAO, AF.09/2020 | M2 | 0,64 | 356,26 | 227,99 |
| COMPOSTO | 88839 | PEREPIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 3,00 | 24,06 | 72,18 |
| COMPOSTO | 88316 | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 3,00 | 17,26 | 51,78 |

Adriano
 (UF) Antônio Rodrigues
 Diretor de Operações
 CEP: 46.450-000
 CALL: (77) 321.1186



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

MEMORIAL DESCRITIVO

CONSTRUÇÃO DE ARENINHA 50X30M NO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO
LARANJEIRAS - BAHIA



Luiz Antonio Brantes
Coordenador de Obras
Cad. 68.520.107-9
CAU N.º A-12275-0



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

MEMORIAL DESCRITIVO

▪ A EDIFICAÇÃO

O presente Memorial Descritivo descreve as diretrizes básicas para as obras de Construção de Areninha 50x30m no município de Sebastião Laranjeiras, Bahia, onde serão executados de acordo com as especificações técnicas contidas neste memorial os seguintes serviços:

- SERVIÇOS PRELIMINARES
- CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO COM ALTURA DE 4,00M
- IMPLANTAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 50X30M
- SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED E SPDA
- PAVIMENTAÇÃO (PISO INTERTRAVADO)
- INSTALAÇÃO DO TOTEM INSTITUCIONAL EXTERNO

ESPECIFICAÇÕES PARTICULARES DE URBANIZAÇÃO E ARQUITETURA

▪ CONVENÇÕES, SIGLAS E ABREVIATURAS

- CONVENÇÕES

ARQUITETO – Autor do projeto de Arquitetura, designa-se na NB-578/89(NBR – 567) pela expressão “Autor do Projeto” e define-se como “Pessoa Física, legalmente habilitada, contratada para elaborar o projeto de um empreendimento ou parte do mesmo”.

CRONOGRAMA – Tradução literal ou gráfica da previsão de desenvolvimento dos serviços em função do tempo.

FISCALIZAÇÃO – Engenheiro, Arquiteto ou preposto credenciado pelo proprietário. Designa-se na NB-578/89(NBR-5671) pelo vocábulo “Fiscal” e define-se como “Pessoa Física ou juridicamente habilitada para verificar o cumprimento parcial ou total das disposições contratuais”.

INSTALADOR – Empresa contratada para a execução dos serviços de instalações especiais. Designa-se na NB-578/89(NBR-5671) como “Pessoa Física ou Jurídica, técnica e legalmente habilitada, escolhida pelo contratante para executar o empreendimento de acordo com o projeto e considerações mutuamente estabelecidas, conforme legislação em vigor”.

PINTOR – Empresa que executará o tratamento superficial e aplicação das pinturas de proteção anticorrosão e acabamento final.

PROPRIETÁRIO – Contratante das obras e serviços. Designa-se, na NB-578/89 (NBR/5671), como “Pessoa Física ou Jurídica de direito, que tem a capacidade de determinar a execução de um empreendimento, correndo por sua conta de todas as



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

despesas inerentes”.

TRANSPORTADOR – Empresa responsável pelo transporte de peças, equipamentos e materiais dos fabricantes e fornecedores até o canteiro da obra.

MEMORIAL DESCRITIVO

As presentes especificações têm por objetivo fixar as condições gerais e específicas determinando normas e processos que devem ser utilizados para elaboração dos projetos e execução dos serviços.

Essas especificações acompanham os elementos gráficos do Projeto Arquitetônico e seus detalhes. Os demais elementos de projeto executivo – especificações gerais, especificações particulares e elementos gráficos dos projetos complementares e outras recomendações, complementam-se e não devem ser utilizadas independentemente, pois a fiel observância a cada uma delas é indispensável ao êxito na execução dos serviços.

Nestas especificações deve ficar perfeitamente entendido que, em todos os casos de caracterização de materiais ou produtos através de determinadas marcas, tipo, denominações ou fabricantes, fica subentendida a alternativa “ou rigorosamente similar de mesma qualidade”, a qual será admitida a critério da Fiscalização e em comum acordo com o Arquiteto, respeitando os critérios de analogia e semelhança a seguir estabelecidos:

- Dos materiais ou produtos apresentam analogia total ou equivalência e desempenham idêntica função, apresentando as mesmas características exigidas nas especificações de materiais ou serviços que a eles se refiram.
- Caso os materiais ou produtos desempenhem a mesma função, mas não tenham as mesmas características exigidas nas especificações que a eles se refiram, eles terão analogia parcial ou semelhança.
- Caso, por algum motivo, haja necessidade de uma substituição por equivalência, à mesma se fará depois de ouvido o Arquiteto e com autorização da Fiscalização, sem compensação financeira entre as partes, Proprietário e Construtor. Caso haja substituição por semelhança, ouvido o Arquiteto e autorizada pela Fiscalização, o Construtor deverá abater do custo à diferença que por acaso exista entre o material especificado e o utilizado. Em nenhum caso será admitido o aumento do custo do fornecimento ou serviço por substituição dos materiais ou produtos, seja por equivalência ou semelhança.

Para a execução dos serviços, o Construtor deverá disponibilizar toda a mão de obra, materiais e ferramentas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos, de



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

modo a assegurar o andamento e acabamento satisfatório das tarefas.

Eventuais discrepâncias e/ou contradições diretas entre estas especificações e os demais elementos que compõem o projeto executivo serão resolvidas pela Fiscalização, a quem caberá fornecer os esclarecimentos necessários, consultando para tal, os responsáveis pelo Projeto.

Os elementos que, por sua características específicas serão executados baseados em “desenhos de produção e montagem” encontram-se detalhados e especificados em nível de “desenhos de projeto”, onde estão indicados os elementos necessários ao seu desenvolvimento, o que será feito pelos seus Fabricantes ou Fornecedores.

Fazem parte destas especificações, e serão exigidas rigorosamente na execução dos serviços, as normas aprovadas ou recomendadas, as especificações ou métodos referentes a materiais, mão de obra e serviços e os padrões da ABNT.

Deverão ser obedecidas as exigências da Legislação Urbanística e Ambiental e do Código de Obras do Município, bem como as normas e procedimentos das Companhias Concessionárias de Serviços Públicos, no que se refere à implantação das Obras.

Toda e qualquer alteração que venha a ser introduzida no Projeto Executivo, quando necessária, será admitida com prévia autorização da Fiscalização, que para tal deverá consultar os responsáveis pelo Projeto.

Quaisquer divergências entre as medidas verificadas nos desenhos e as cotas indicadas, prevalecerão estas últimas e entre os desenhos e as especificações, prevalecerão as especificações.

Onde estas especificações forem eventualmente omissas, ou na hipótese de dúvidas quanto a sua interpretação ou na das peças gráficas, deverá ser consultada a Fiscalização que acionará o projetista responsável para os devidos esclarecimentos.

MATERIAIS

Todo e qualquer material a ser empregado na Obra será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e comprovada eficiência para o fim a que se destina.

Todos os materiais a serem empregados na Obra deverão satisfazer às presentes especificações e, serão submetidas a exames e aprovação do Patrocinador e dos responsáveis pelo Projeto.

Caso as condições locais tornarem necessário a substituição de algum material por outro equivalente, isto só poderá ser feito mediante autorização expressa e por escrito da Fiscalização, que para tal consultará os responsáveis pelo projeto.

Será fornecida à equipe de construção, através da equipe de fiscalização, a



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

especificação definitiva de materiais após a elaboração e aprovação dos projetos.

Caberá à Fiscalização, sempre que preciso exigir do Construtor ou efetuar por iniciativa própria todos os testes e ensaios dos materiais aplicados na obra, sempre que considere necessário, de modo a preservar sua boa qualidade.

Nestas especificações, ratificando o já afirmado anteriormente, deve ficar perfeitamente entendido que em todos os casos de caracterização de materiais, equipamentos e componentes da obra, através de determinadas marcas, tipos ou fabricantes, utilizados como referências, fica subentendida a alternativa "ou equivalente", com a mesma função e características, a qual será admitida a critério da Fiscalização, depois de ouvido os responsáveis pelo projeto.

SERVIÇOS

▪ MÃO DE OBRA

A mão de obra a ser empregada, sempre que necessário, deverá ser de primeira qualidade, especializada e com operários tecnicamente capazes e conhecedores de suas funções. Com isso espera-se obter em todos os serviços a melhor execução e o melhor esmero possível, que só deverão ser aceitos pela Fiscalização nessas condições.

Para execução dos serviços, os operários deverão utilizar, obrigatoriamente, equipamentos de proteção individual (EPI).

▪ FERRAMENTAL E EQUIPAMENTOS

Para a execução dos serviços, o construtor deverá dispor no canteiro de obras do ferramental e dos equipamentos necessários e indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos.

SERVIÇOS PRELIMINARES

▪ ESTRUTURAS PROVISÓRIAS DE APOIO

Serão dimensionados para atender as necessidades da obra, constando de sanitário para operários e depósito para materiais. As estruturas serão provisórias do tipo barracão, devendo atender a NR 18.

▪ PLACA DA OBRA

Deverão ser colocadas placas alusivas às obras e serviços técnicos de terceiros, correndo os custos por conta dos mesmos, obedecendo a modelos a serem fornecidos pela Fiscalização da SUDESB.

As placas oficiais, próprias da obra, terão as dimensões, conteúdo e padrão



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

fornecidos pela SUDESB, cabendo sua execução e colocação por conta da Construtora.

A Fiscalização da SUDESB indicará, em campo, os locais adequados para a colocação das placas.

▪ **LIMPEZA DO TERRENO**

Toda área de pavimentação deve ser limpa e isenta de impurezas, vegetação e resíduos. Nos locais onde for executado o piso intertravado deve ser feita com retroescavadeira sobre rodas com carregadeira.

▪ **SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS**

Os estudos topográficos serão realizados com o objetivo de estudar e averiguar os níveis que serão utilizados do solo para escavação, regularização e compactação do subleito bem como suas características, respeitando as condições impostas pela situação existente. Os estudos geotécnicos serão executados obedecendo às orientações de acordo com NBR-9603.

▪ **BOTA FORA**

O transporte do material retirado será realizado por veículo adequado, obedecendo às normas Municipais.

CONSTRUÇÃO DE ALAMBRADO COM ALTURA DE 4,00M

Deve ser executado em todo perímetro do campo de futebol para isolamento do equipamento esportivo. Os perfis do alambrado serão em tubo de ferro galvanizados de bitola de 2" com altura em todo comprimento do campo $h=4,00m$, com montantes a cada 3,0m e travamentos nas extremidades revestido com tela metálica com camada plástica na cor verde e fixado nas extremidades dos tubos através amarração com arames, aplicação anticorrosivo e pintura esmalte sintético brilho na cor verde.

A tela metálica a ser utilizada será de arame galvanizado, revestida com camada plástica na cor verde e fio 12 BWG e fixada nas extremidades dos tubos através amarração com arame galvanizado fio 12 BWG revestido com camada plástica na cor verde, conforme especificação em projeto.

O alambrado é estrutura com blocos de concreto simples com dimensões de 40x40x40cm e viga baldrame de 15x40cm em todo o comprimento do equipamento.

IMPLANTAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA 50X30M

A grama sintética deverá estar em conformidade com as normas dos laboratórios oficiais da FIFA e das demais normas vigentes quanto na sua qualidade, da instalação e no nivelamento adequado do material que compõe o sistema de amortecimento, reduzindo



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

lesões e proporcionando muito mais conforto e segurança ao atleta. Considerações importantes na preparação do piso para a aplicação da grama sintética: clorada.

▪ **Base**

Base estabilizada: Camada executada em lastro de brita com granulometria variada entre 2 e 4cm com britas 3 e 1 assentadas e compactadas sobre superfície regularizada e nivelada, totalizando a espessura mínima de 8,00cm (oito centímetros) o final do serviço de compactação. Ao final dos trabalhos de execução de lastro de brita a Contratada deverá garantir os estados ideais de regularização, compactação e planicidade da superfície a fim de assegurar as melhores condições para instalação do gramado sintético. A base deverá seguir o caimento de 1% a partir do eixo longitudinal para as laterais do campo e não deverá ter desnivelamentos, bacias e depressões.

Grama Sintética: Após o preparo da base, a CONTRATADA deverá instalar a grama sintética na cor verde com altura mínima de 50 mm. Na instalação deverá ser utilizado o menor numero de junções formando um aspecto homogêneo e a união dos rolos de grama deverá ser feita com fita reforçada de 30cm de largura e adesivo especial de poliuretano e à prova d'água.

As linhas demarcatórias de cor branca deverão ser confeccionadas com o mesmo material e especificações da grama sintética verde. O tapete de grama deverá possuir furos distribuídos de modo a garantir a vazão de água da chuva. Deverá ser realizado o preenchimento dos espaços entre fios com lastro de areia branca fina e seca (30kg/m²), granulometricamente 40/45 ou 50/60, complementando-se a altura dos fios expostos com grânulos de borracha (8,0kg/m²) SBR preta malha 10 (0,70 a 2,00mm).

▪ **Especificação da Grama Sintética**

Finalidade de Aplicação: Futebol;

Tipo: Grama sintética esportiva;

Altura dos tufos: mínimo de 50 mm;

Tipo dos fios: Monofilamento + Fibrilado Híbrido de poliuretano;

Cores: verde com linhas demarcatórias brancas;

Tipo dos fios: 8900 + 8900 (dtex);

Escartamento de tecimento: máximo de 17,0 mm;

Numero de pontos por metro linear na longitudinal: mínimo de 110;

Numero de pontos por metro linear na vertical: mínimo de 60;



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

Base da grama sintética: Tela Dupla (polipropileno + não tecido) com látex enriquecido;

▪ **Traves de Futebol**

Serão em tubo galvanizados de diâmetros de 3" soldados em tubo de requadro de 1" devidamente chumbados, em bloco de concreto de (30x30x30)cm, nos quatro pontos de apoio da trave, implantado sobre camada de 5cm de concreto magro, como determinados em projeto, pintadas sobre o whashprime, devidamente esquadrinhadas e niveladas, formando um conjunto rígido, conforme dimensões indicadas.

SISTEMA DE ILUMINAÇÃO EM LED E SPDA

▪ **SUPRIMENTO DE ENERGIA**

O suprimento de energia será através do quadro de distribuição Geral, denominado (QGBT), que será alimentado pela concessionária local conforme ao que já existe no local. O QGBT alimentará os postes existentes com um circuito de três fases + neutro com cabo EPR-1kV 90°C, sendo (5x10mm²) para as fases, neutro e terra.

O percurso dos circuitos alimentadores serão através eletrodutos enterrados no solo.

▪ **CONDUTORES ELÉTRICOS**

- **NORMAS A SEREM SEGUIDAS**

- **NBR 7288** - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de PVC para tensões de 1 até 20 kV.
- **NBR NM 280** - Condutores de cobre para cabos isolados (padronização)
- **NBR 6812** – Queima vertical, fogueira.

Fabricantes: Pirelli, Pirastic ou equivalente.

- **NBR NM 247-2** - Cabos com isolamento sólida de poli cloreto de Vinil para tensões até 450/750v, métodos de ensaio.
- **NBR NM 247-3** - Cabos isolados para instalações fixas com poli cloreto de Vinil para tensões até 450/750v.
- **NBR NM 280** - Condutores de cobre para cabos isolados (padronização).

Fabricantes: Pirelli, Pirastic ou equivalente.

▪ **GENERALIDADES**

Os eletrodutos deverão ser instalados com cuidado, de modo a se evitar morsas que reduzam os seus diâmetros, quando cortados a serra, terão suas bordas limadas para remover as rebarbas.



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

Não se fará emprego de curvas maiores que 90°, em cada trecho de canalização, entre duas caixas ou entre extremidades e caixas, só poderão, no máximo, ser empregadas duas curvas de 90°.

Deve-se evitar a aproximação de eletrodutos com cabos elétricos aos cabos de dados. Quando isso não for possível, os mesmos deverão estar a uma distância mínima de 30 cm quando instalados em paralelos.

Antes da enfição, deve-se passar uma bucha de estopa através dos eletrodutos, para se retirar a umidade e outra qualquer sujeira. Os condutores somente deverão ser enfiados após estar totalmente concluída a rede de eletrodutos e perfilados e terminados todos os serviços de construção que possam danificar os mesmos.

Os condutores de distribuição, que alimentam luminárias e tomadas de uso geral, quando emendados deverão ser estanhados com solda e terão seu isolamento recomposto com fita isolante.

As ligações dos condutores aos componentes elétricos devem ser feitas através de terminais de compressão apropriados. Nas ligações no quadro deverá ser empregada arruela lisa de pressão ou de segurança (dentadas), além dos parafusos e/ou porcas e contraporcas, onde aplicáveis. No caso de dois condutores ligados ao mesmo terminal (ou borne), cada condutor deve ter seu terminal.

Deve ser assegurada a continuidade elétrica em todas as partes metálicas que devem ser conectados à ligação equipotencial.

▪ **CONDULETE**

- Os cabos alimentadores foram projetados de modo a serem identificados facilmente nos desenhos, não permitindo assim erros de dimensionamento na hora da execução;
- Os fios e cabos deverão seguir o seguinte Código de cores:

| | |
|------------|------------|
| FASE A | PRETO |
| FASE B | VERMELHO |
| FASE C | BRANCO |
| RETORNO | AMARELO |
| NEUTRO | AZUL CLARO |
| TERRA (PE) | VERDE |

- Todos os condutores da rede de iluminação devem estar instalados em eletrodutos montados com continuidade elétrica assegurada;
- A seção mínima dos condutores de potência e iluminação será de 2,5 mm² mesmo que seja por norma admitida seção inferior;
- Não serão admitidos condutores fixos aparentes;



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

- Qualquer isolamento de emendas de condutores, deverá ser feito com fita isolante tipo auto-fusão;
- Todos os circuitos deverão ser identificados em seus quadros.

▪ **ELETRODUTOS**

- Todos os eletrodutos (energia e telefonia) serão do tipo pesado, de diâmetro mínimo 40mm (1 1/2"). Não devem ter costuras, rebarbas ou cantos vivos.
- Todas as derivações e terminações devem ficar em quadros ou caixas de passagem com tampa vedada e impermeabilizada;
- Toda a tubulação sem fiação ("seca"), deverá ter em seu interior um arame guia para passagem futura de cabos;

▪ **QUADRO ELÉTRICO DE DISTRIBUIÇÃO**

Próprio para instalação de componentes modulares (mini disjuntores, diferenciais e DPS) em trilho DIN com barramento de neutro, terra e medidores individuais para consumo de energia, com porta opaca, porta documentos e fechadura. Ver Layout do quadro em planta.

É exigido por questões de operativas e de manutenção, manter uniformidade no fornecimento dos componentes dos quadros, ou seja, todos os equipamentos devem ser de um só fabricante.

Os condutores instalados no interior do quadro devem ser agrupados por circuitos e arrumados de modo que se evite uma montagem mal acabada.

Na distribuição dos circuitos de saída dos quadros, deve-se obrigatoriamente respeitar a sequência das fases indicado no quadro de cargas.

▪ **IDENTIFICAÇÃO DO QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO**

Deverá possuir placa geral de identificação localizada de forma facilmente visível no lado externo, marcada de forma legível e durável e contendo, no mínimo, as seguintes informações (conforme norma NBR-IEC-60439-3):

- Nome do fabricante ou marca.
- Tipo ou número de identificação.
- Tensão, corrente e frequência nominal.
- Grau de proteção.

Todos os componentes deverão ser identificados de forma legível, executada de forma durável e posicionada de forma a evitar qualquer risco de confusão. Além disso, a identificação deve corresponder à notação adotada nos documentos de projetos (diagrama unifilar e quadro de cargas etc.).



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

A correspondência entre os componentes e o circuito deve ser efetuada de forma clara e precisa.

Todos os circuitos de saída deverão possuir indicação das respectivas cargas alimentadas.

Atrás da porta do quadro, deverá apresentar um diagrama unifilar do mesmo, de acordo com o projeto.

▪ **EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO**

- **Projetores**

- Refletor Led 150w SMD Bivolt à Prova D'água Branco frio;

- **Características**

- Iluminação de alta qualidade, com grande quantidade de leds smd;
- Alta economia de energia;
- Longa vida útil;
- Descarte não prejudicial ao meio ambiente, devido não emitir raio ultravioleta, nem infravermelho;

- **Informações técnicas:**

- Dimensões (mm): 320mm X 230mm X 30mm;
- Potência: 150w;
- Luminosidade: 24.000 lúmens;
- Voltagem: AC 85-265V (Bivolt);
- Temperatura de cor: Branco Frio (5.000K a 6000K);
- Carcaça: Alumínio cor cinza;
- Fio terra: Cor amarelo;
- Vida útil estimada de até 50.000 horas;
- Ângulo de abertura: 120°;
- Proteção: IP66 (à prova d'água);

PAVIMENTAÇÃO (PISO INTERTRAVADO)

▪ **MOVIMENTO DE TERRA**

Deverá ser feita uma decapagem de 20cm de espessura em toda a área a ser pavimentada, sendo que o material deverá ser todo removido e depositado na área interna do terreno, em local a ser definido pela fiscalização.



SECRETARIA DO TRABALHO EMPREGO RENDA E ESPORTE
SUPERINTENDENCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria de Operações de Espaços Esportivos
Coordenação de Obras, Serviços e Manutenção.

O solo que receberá o novo pavimento deverá ser regularizado, nivelado e compactado manualmente com soquete, mantendo-se os devidos caimentos. Sobre a sub-base regularizada será aplicada uma camada de areia, na espessura de 6cm, também nivelada e compactada com compactador de placas vibratórias.

▪ REVESTIMENTOS

A pavimentação será executada em blocos intertravados do tipo retangular, cor natural. Os cortes de peças para encaixes de formação dos desenhos no piso deverão ser perfeitos. Em caso de discordância entre o projeto e o executado, a fiscalização da Contratante terá o direito de solicitar a remoção de qualquer parte ou mesmo o todo dos pavimentos para que sejam recolocados, por conta da Contratada; portanto, se durante a locação houver quaisquer discordâncias com o projeto, estas deverão ser sanadas previamente ao assentamento. Deverão ser observadas as espessuras de cada tipo de piso, sendo que o bloco utilizado terá espessura geral de 6cm.

Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar sobre a base antes do assentamento dos blocos. O acabamento será feito pela colocação de uma camada de areia fina (que será responsável pelo rejunte) e nova compactação, cuidando para que os vãos entre as peças sejam preenchidos pela areia. O excesso de areia deverá ser eliminado por varrição. O trânsito sobre a pavimentação só poderá ser liberado quando todos os serviços estiverem completos. O meio fio será pré-moldado de concreto e deverá seguir as dimensões e forma conforme projeto em anexo. A resistência mínima do concreto utilizado na fabricação dos meios-fios deverá ser de 20,0Mpa.

Deverá ser aberta uma vala para o assentamento das guias ao longo do bordo do subleito preparado, obedecendo ao alinhamento, perfil e dimensões estabelecidas no projeto. Será colocada no fundo da vala uma camada do próprio material escavado, que será, por sua vez, compactado até chegar ao nível desejado. O assentamento se dará com a utilização de argamassa de cimento e areia (1:4), entre uma peça e outra.

INSTALAÇÃO DO TOTEM INSTITUCIONAL EXTERNO

Deve ser construído um totem em ACM (alumínio composto) com base em concreto armado. O totem deve ter altura de 1,80 m com 1,00 m de comprimento e 0,20m de espessura. O totem deverá ser revestido em placas de alumínio composto 'ACM', espessura 4 mm, com acabamento PVDF. Deve ser instalada uma placa de inauguração de obra com dimensões de 0,60x0,80m.

Luiz Antonio Brantes
Coordenador de Obras
Cad. 68.520.107-9
CAU N.º A-12273-0



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2022ARP
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 007/2022PE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2022CPL
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de SEBASTIÃO LARANJEIRAS/BA, através da Prefeitura Municipal e a META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 007/2022PE, tendo por OBJETO a FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMPADAS E REFLETORES DE LED PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, neste município de Sebastião Laranjeiras – Bahia.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS**, situada à Rua Dois de Maio, 453, Centro, Sebastião Laranjeiras – Bahia, CEP. 46.450-000, inscrita no CNPJ sob n.º 13.982.616/0001-57, neste ato representada por seu titular, **PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS**, Prefeito Municipal, residente em Sebastião Laranjeiras, Centro, nesta cidade de Sebastião Laranjeiras, estado da Bahia, portador da cédula de identidade n.º 1.746.061-17, SSP-BA, CPF/MF N.º 370.132.545-68, doravante simplesmente denominado(a) como **ÓRGÃO GERENCIADOR** e do outro lado a empresa **META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI** inscrita no CNPJ sob o numero 27.518.373/0001-05, situada no endereço R CAETANO ALBERTO ROSSET, 855 - SALA 02 - CEP 99.705-568 - ATLANTICO - ERECHIM - RS doravante **FORNECEDOR**, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decreto Municipal nº 055/2021, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores e, demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 004/2022PE-SRP, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos SERVIÇOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no ITEM/LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.



1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço obtido na licitação Pregão Eletrônico nº 007/2022PE; cujo objeto refere-se a FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE LÂMPADAS E REFLETORES DE LED PARA USO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA, constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

2.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 2.2.1 Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras;
- 2.2.2 Fundo Municipal de Saúde de Sebastião Laranjeiras;
- 2.2.3 Fundo Municipal de Assistência Social de Sebastião Laranjeiras;
- 2.2.4 Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

2.3. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993.

2.3.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3.2. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública da utilização da ata de registro de preços.

2.3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



2.3.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 20% (vinte) por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.3.7. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

2.3.8. os órgãos autorizados ("carona") não poderão adequar o objeto pretendido à Ata, alterando especificações, características, periodicidade, frequência na execução, prazos de recebimento, quantitativos, métodos, etc., por mínimas que possam parecer, para sanear suas necessidades;

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS, representado pela Prefeitura Municipal de Sebastião Laranjeiras e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

3.1.2. É admitida a prorrogação excepcional da vigência da Ata, desde que o prazo total de vigência, computada a prorrogação, não ultrapasse 01 (um) ano.

3.1.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os SERVIÇOS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não



cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

3.1.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666/1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Reequilibrar financeiramente, de acordo o art. 65 da Lei 8.666/93, sobretudo inc. II, alínea "d" - *para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.*

4.4.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e



4.4.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.1.4. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

5.1.5. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES

6.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de fornecimento ou outro instrumento similar, conforme disposto no artigo 62 da Lei n.º 8.666/1993, e obedecidos os requisitos pertinentes ao Decreto Municipal n.º 055/2021.

6.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital
MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS / BA – CNPJ: 13.982.616/0001-57
Rua Dois de Maio, 453 - Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000
Fone: (77) 98106-1183 – www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br
licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br



e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

6.1.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação.

6.2. O órgão convocará a fornecedora com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

6.3. Antes da assinatura do Contrato ou da emissão da Nota de Empenho, a Contratante realizará consulta ao Certificado de Registro Cadastral - CRC, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, cujos resultados poderão ser anexados aos autos do processo.

6.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4.1. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

6.5. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato.

6.5.1. É vedada a subcontratação parcial, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

6.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.7. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência à Administração.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS / BA – CNPJ: 13.982.616/0001-57
Rua Dois de Maio, 453 - Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000
Fone: (77) 98106-1183 – www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br
licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br



7.1. Cada Contrato ou Ordem de Serviço firmado com a fornecedora terá vigência de acordo com as disposições definidas na minuta de contrato ou instrumento equivalente, ou, na omissão deste, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da assinatura ou retirada do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/1993.

7.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU n.º 39, de 13/12/2011.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO

8.1. O preço registrado para a empresa signatária nessa Ata de Registro de Preço, o qual totaliza o valor de **R\$ 4.489,92 (Quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)**, encontram-se indicados no ANEXO A, (Planilha Demonstrativa de Preços), desta Ata.

8.2. Durante a vigência de cada contratação, os preços são fixos e irrealizáveis, salvo informações dispostas na Cláusula Quarta.

8.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços prestados;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços fornecidos com avarias ou defeitos;



9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 02 (duas) após a comunicação para execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. A Contratante obriga-se a:

9.2.1. Indicar o local que deverá ser entregue o(s) veículo(s);

9.2.2. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra/autorização de fornecimento, após emissão de empenho;

9.2.3. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2.4. Notificar à CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.2.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

9.2.6. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

9.2.7. Devolver os veículos que não apresentarem condições de serem utilizados e



solicitar substituição em até 30 dias.

9.2.8. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade no fornecimento dos veículos e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1. O objeto desta licitação deverão ser fornecidos de forma contínua e fracionada, conforme ordem de requisição, contados a partir da data da solicitação feita pela secretaria requisitante ou Emissão da Nota de Empenho, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

10.1.1. DEVENDO CADA ENTREGA ser de acordo com a solicitação da Secretaria requisitante, no prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da solicitação oficial, a partir da assinatura do Contrato e/ou emissão do empenho, que será efetuada via endereço eletrônico (e-mail) ou outro meio hábil, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA os custos de transporte, frete, carregamento e descarregamento na forma necessária, bem como, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação.

10.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a execução dos serviços, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, com a entrega dos serviços.

11.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

11.2.1. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta Certificado de Registro Cadastral - CRC e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das

MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS / BA – CNPJ: 13.982.616/0001-57

Rua Dois de Maio, 453 - Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000

Fone: (77) 98106-1183 – www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br

licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br



condições de habilitação da Contratada, podendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.8. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

12.2. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

12.3. A fiscalização do objeto será efetuada pelo servidor **Sr (a). Josimar Rodrigues Pinto**, Portaria Nº 072/2021, o qual em conjunto ou individualmente, deverá adotar todas as medidas necessárias à supervisão e execução do objeto.

12.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666/1993.

12.5. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas



com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.6. A empresa assegura à fiscalização, todas as facilidades para o fiel cumprimento de suas atribuições inclusive o acesso a qualquer hora e sem qualquer restrição, a todos os locais.

12.7. Fica a cargo do servidor **Sr. (a) NAGILA RIBEIRO DE SOUZA MALHEIROS**, Decreto Nº 004/2021, na função de Secretária Municipal de Administração e Finanças, **manifestar sobre as possibilidades de carona à ata de registro de preços.**

12.8. As adesões a ata, obedecerão às condições previamente estabelecidas no Pregão Eletrônico Nº 007/2022PE, bem como ao Decreto Municipal Nº 055/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 10.520 de 2002, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

13.1.2. Apresentar documentação falsa;

13.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4. Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.6. Cometer fraude fiscal;

13.1.7. Fizer declaração falsa;

13.1.8. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;



b. Impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.3. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, da Lei n.º 10.520/2002, a Contratada que, no decorrer da contratação:

13.3.1. Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

13.3.2. Apresentar documentação falsa;

13.3.3. Comportar-se de modo inidôneo;

13.3.4. Cometer fraude fiscal;

13.3.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no instrumento de contrato.

13.4. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. Multa:

b.1. Moratória de até 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

b.2. Compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

c. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Sebastião Laranjeiras, pelo prazo de até dois anos;

c.1. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Sebastião Laranjeiras pelo prazo de até cinco anos;



e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

13.4.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.5.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/1993.

13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

13.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC da Contratada.

13.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

14.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2022PE- SRP e Termo de Referência;
- b) Ata da Sessão Pública;
- c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

15.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

- a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e Lei nº 10.520/2002, respeitados os direitos do Fornecedor;
- b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
- d) Fiscalizar a entrega dos serviços.
- e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n.º 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

16.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 055/2021, da Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014 e Lei Complementar n.º 155/2016, e da Lei n.º 8.666/1993, subsidiariamente.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de

MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS / BA – CNPJ: 13.982.616/0001-57
Rua Dois de Maio, 453 - Centro, Sebastião Laranjeiras - BA, CEP: 46.450-000
Fone: (77) 98106-1183 – www.sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br
licitacoes@sebastiaolaranjeiras.ba.gov.br



publicação na Imprensa Oficial do Município.

18. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro de Palmas de Monte Alto, estado da Bahia, para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

18.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada nos gerência de contratos do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Sebastião Laranjeiras - Bahia, 19 de maio de 2022.

MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS

PREFEITO MUNICIPAL

**META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
EIRELI**

DANIEL ARCARI

FORNECEDOR

Testemunhas

1. _____
CPF

2. _____
CPF



ANEXO A - PLANILHA DEMONSTRATIVA DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2022ARP

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2022PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 045/2022CPL

EMPRESA: META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI**CNPJ Nº:** 27.518.373/0001-05**ENDEREÇO:** R CAETANO ALBERTO ROSSET, 855 - SALA 02 - CEP 99.705-568 - ATLANTICO - ERECHIM - RS**TELEFONE:** (54) 98432-6673**E-MAIL:** licita.metame@gmail.com**REPRESENTANTE:** DANIEL ARCARI**RG nº** 8079776186 SSP/RS**CPF N.º** 002.379.790-80**ENDEREÇO:** Rua Joaquim Brasil Cabral, 467, Ap 71, Centro - Erechim - RS

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | V. UNT. (R\$) | V. TOTAL (R\$) |
|------|-------------------------|-------|--------|---------------|----------------|
| 03 | PROJETOR LED 200W 6500K | UND | 24 | 187,08 | 4.489,92 |

META COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI
 DANIEL ARCARI
 FORNECEDOR REGISTRADO